

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

DRIELLE SOUZA BITTENCOURT

JORNAL O IMPARCIAL: o poderoso Aparelho Privado de Hegemonia na ascensão
política de José Sarney (1964-1966).

SÃO LUIS

2016

DRIELLE SOUZA BITTENCOURT

JORNAL O IMPARCIAL: o Poderoso Aparelho Privado de Hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966).

Monografia apresentada ao Curso de História
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão
para o grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Monica Piccolo Almeida
Chaves

SÃO LUÍS

2016

Bittencourt, Drielle Souza.

Jornal O Imparcial: o poderoso aparelho privado de hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966) / Drielle Souza Bittencourt. – São Luís, 2016.

95 folhas

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida Chaves.

1.O Imparcial. 2.Ditadura empresarial-militar. 3.José Sarney. I.Título

CDU: 94(81).088:070

DRIELLE SOUZA BITTENCOURT

JORNAL O IMPARCIAL: o poderoso Aparelho Privado de Hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966).

Monografia apresentada ao Curso de História
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão
para o grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dr. Monica Piccolo Almeida
Chaves

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Carine Dalmás
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Adriano Negreiros
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por eu ter conseguido chegar até aqui.

Eu nasci de uma mulher muito especial e admirável, que sempre trabalhou demais para criar seus dois filhos. A minha mãe é um exemplo de luta e superação, igual a sua mãe. Mãe (Rosideth) e Vó (Madalena), nem que eu vivesse duas vidas não seriam suficientes para agradecer e retribuir tudo que fizeram por mim. Vocês sempre foram tudo na minha vida e eu as amo incondicionalmente. Obrigada por me ensinarem a ser uma mulher forte, independente e determinada. O apoio e confiança de vocês foram fundamentais para eu conseguir concluir o curso.

Agradeço ao meu querido Fábio Henrique, que durante esses 5 anos de relacionamento tem sido muito amigo, amoroso, carinhoso e sempre me apoiou nos meus projetos. Obrigada por ser tão companheiro e sempre ter palavras que me colocam lá em cima quando estou triste. Durante todos esses anos seu apoio e amor foram muito importantes. Eu amo você!

Ao meu querido irmão Adriel Luis e minhas primas. Meu tio e minhas tias, em especial a Cosethy e Licia, obrigada por serem tão companheiras comigo durante a minha vida, sempre enfatizaram a importância de eu crescer e me torna uma mulher independente. Obrigada minha dinda e minha tia caçula por todo amor que sempre tiveram por mim.

Aos amigos que fiz durante a graduação: Felipe, Talysson, Danna e Luma. E aos amigos que a entrada no nupehic me trouxe: Raissa e Webert.

A minha querida orientadora Monica Piccolo. Eu sempre digo que minha vida acadêmica tem um marco, antes e depois de ser sua orientanda. Você é um exemplo de inteligência, responsabilidade e dedicação. Obrigada por tudo que fez por mim e principalmente por me dar o privilégio de ser orientada por você. Sem dúvidas eu cresci consideravelmente academicamente depois de conviver com você.

RESUMO

Estudar a relação entre a história e a imprensa é muito importante para construção historiográfica. Com a chegada do século XX e a criação da Escola dos Annales, houve um alargamento na concepção das fontes possíveis para a pesquisa historiográfica. Assim, o jornal tornou-se uma fonte possível para a escrita da história, sobretudo, a partir da terceira geração dos Annales. Dessa forma surgiram importantes trabalhos que o usavam como fonte única ou principal da sua pesquisa. Sustentado teoricamente por Antônio Gramsci, o Estado é compreendido como ampliado, fazendo parte dele a sociedade política e a sociedade civil, nesta estão presentes os Aparelhos Privados de Hegemonia, o jornal é um desses organismos. Estes são responsáveis por conduzir a vontade coletiva e nacionalizar um determinado projeto de uma fração de classe no âmbito da sociedade civil. Neste trabalho o período estudado faz parte da ditadura empresarial-militar brasileira, mas o foco será no Maranhão (1964-1966). Em março de 1964 é lançada oficialmente a candidatura de José Sarney para o Governo Estadual, a partir desse momento o jornal O Imparcial fará uma clara campanha ao candidato, funcionando como um cabo eleitoral e será de suma importância na construção do “Maranhão Novo”. Esse aparelho privado de hegemonia interfere na batalha hegemônica travada no Maranhão através da criação do consenso de que José Sarney significava o “progresso” para o estado.

Palavras-chave: O Imparcial; ditadura empresarial-militar; José Sarney

ABSTRACT

To study the relationship between history and the press is very important for historiographical construction. With the arrival of the twentieth century and the creation of the Annales school, there was an extension in the design of the possible sources for historical research. Thus, the newspaper has become a possible source for the writing of history, especially from the third generation of the Annales. This form arose important works that used as the sole source or main of your search. Theoretically sustained by Antonio Gramsci, the state is understood as extended, making it part of the political society and civil society in this are present Private Apparatus Hegemony, the newspaper is one of those organizations. These are responsible for conducting the collective will and nationalize a determined design of a class fraction within civil society. In this work the period studied is part of the dictatorship Brazilian corporate-military, but the focus will be in Maranhão (1964-1966). These are responsible for conducting the collective will and nationalize a particular design of a class fraction within civil society. In this work the period studied is part of the dictatorship Brazilian corporate-military, but the focus will be in Maranhão (1964-1966). In March 1964 it is officially launched the candidacy of José Sarney to the State Government, from that moment the newspaper O Imparcial will make a clear campaign to the candidate, acting as a electoral cable and will be of paramount importance in the construction of the "New Maranhão." This private apparatus of hegemony interferes with the hegemonic fought battle in Maranhao through the creation the consensus that José Sarney meant "progress" to the state.

Keywords: O Imparcial; corporate-military dictatorship; José Sarney

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: O JORNAL COMO FONTE: análise e sustentação teórica gramsciana.	17
1.1 História e Imprensa: o jornal como fonte.....	17
1.2 Histórico do Jornal O Imparcial.....	25
1.3 Estado e Sociedade Civil através da perspectiva teórica gramsciana.....	27
CAPÍTULO 2: GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E A ATUAÇÃO POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY NO MARANHÃO.....	33
2.1 Discussão Historiográfica do Golpe Empresarial-Militar no Brasil.....	33
2.2 Cenário político nacional nas eleições 1965.....	43
2.3 As disputas eleitorais em 1965 no Maranhão.....	47
2.4 A importância do jornal O Imparcial na campanha de José Sarney em 1965.....	52
CAPÍTULO 3: A IMPORTÂNCIA DO JORNAL O IMPARCIAL NA ASCENSÃO POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY.....	58
3.1 A chegada do sarneysmo ao Executivo Estadual do Maranhão.....	58
3.2 A construção do “Maranhão Novo” através do jornal O Imparcial.....	64
3.3 O jornal O Imparcial como importante Aparelho Privado de Hegemonia na ascensão política de José Sarney.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado das Eleições de 1965 nos Onze Estados.....	45
Tabela 2 - Composição da Assessoria Técnica do Governo de José Sarney.....	65
Tabela 3 - Composição do Secretariado do Governo de José Sarney.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Desempenho dos Candidatos Vencedores em cada Estado.....	45
Gráfico 2: Desempenho dos Candidatos na Eleição de 1965 no Maranhão.....	57
Gráfico 3: Desempenho Eleitoral José Sarney (1954-1965).....	58

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Propaganda de José Sarney 1.....	55
Imagem 2 – Propaganda de José Sarney 2.....	55

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1 – Condicionantes da Ascensão Política de José Sarney.....	75
---	----

LISTA DE SIGLAS

A.I.1 – Ato Institucional Número Um
A.I.2 – Ato Institucional Número Dois
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CIA – Agencia Central de Inteligência dos Estados Unidos
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
DSND – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FIPEME - Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa
FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
FJD – Frente da Juventude Democrática
GTAP – Grupo de trabalho Assessoria e Planejamento
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PR – Partido Republicano
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SESI – Serviço Social da Indústria
SN – Segurança Nacional
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TDE – Terror de Estado
TELMA – Empresa de Telecomunicação do Maranhão
TFP – Sociedade Brasileira da Tradição, Família e Propriedade
USAID – Agencia dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional

INTRODUÇÃO

O tema de estudo aqui abordado se inclui no campo da História Contemporânea. Nem sempre estudos como este foram possíveis, de acordo com Piccolo (2010), havia a alegação da impossibilidade de aplicar as regras científicas a uma pesquisa com recuo menor no tempo, por isso lhe era renegado o estatuto da história. A cientificidade da história contemporânea:

[...] foi cerceada pela paradoxal caracterização de suas fontes, na medida em que eram consideradas abundantes e ricas, porém escassas, já que inacessíveis, pois estariam fora do alcance da análise histórica encontrando-se, em sua maioria, trancafiadas nos limites dos arquivos públicos que, por sua vez, encontravam-se vedados à investigação acadêmica (PICCOLO, 2010, p. 35).

Com o advento do movimento dos Annales no século XX, a partir da terceira geração (década de 1960), o campo historiográfico sofreu consideráveis mudanças, dentre elas está à possibilidade de estudar a História do Tempo Presente. O pesquisador não precisava estar mais tão distante temporalmente do seu objeto para estudá-lo e os documentos oficiais deixaram de serem as únicas fontes possíveis. Dessa forma, houve um alargamento no campo de pesquisa do historiador. “Os últimos trinta ou quarenta anos foram os mais revolucionários da história. O mundo, ou seja, a vida dos homens e mulheres que vivem na Terra, nunca foi transformado de maneira tão profunda, dramática e extraordinária dentro de um período tão curto” (HOBSBAWM, 1995, p.107).

Com essas renovações, o passado também foi visto a partir de uma nova perspectiva, de acordo com Piccolo (2010), houve uma mudança na sua noção como imóvel e estático, que ficava petrificado a espera do historiador para ressuscitá-lo. Outras questões importantes foram postas em discussão, como a compreensão e definição do presente e seus limites cronológicos. Esses movimentos possibilitaram a habilitação científica da História Contemporânea e a inserção da História do Tempo Presente como importante para construção historiográfica.

O estudo do tempo presente é muito importante, mas alguns cuidados precisam ser tomados. Maranhão Filho (2009) nos chama atenção para o fato da escrita dessa história não ser identificada como a expressão de um sujeito, mas “[...] como um lugar no qual a subjetividade ensaia e experimenta a si mesma em relação à sua exterioridade estranheza, e identificar isto tem muita relevância especialmente pelo vínculo que se forma com a própria concepção de verdade” (MARANHÃO FILHO, 2009, p.144).

Enrique Padrós (2009) ao fazer referencia a Erick Hobsbawm (1995), explica que este autor ao definir o Tempo Presente como “nosso próprio tempo” chama atenção para essa “história em aberto”, na qual parece ser difícil apreender os movimentos de mudança ou a persistência de permanências. Mas:

As dificuldades encontradas na construção da História do Tempo Presente devem ser encaradas a partir da perspectiva de que o fundamental é fornecer uma base explicativa que, mesmo efêmera, seja plausível. [...] Deve-se ressaltar o papel que cumpre a utilização de uma perspectiva global e lógica da história; tal perspectiva enfatiza a necessária vinculação entre o acontecimento e o processo histórico que torna inteligíveis os marcos balizadores da “história mais contemporânea”. Isto é fundamental, pois é a partir de uma base analítica que se pode apreender a história como processo, e não como fragmentação desarticulada, ligando o presente aberto, com todas as suas possibilidades, com o passado mais recente (PADRÓS, 2009, p. 32).

Quanto à demarcação cronológica da História do Tempo Presente, segundo Piccolo (2010), têm-se dois marcos referenciais: o fim da Segunda Guerra Mundial e a inacessibilidade dos arquivos públicos. A primeira demarcação é defendida por autores como: Serge Berstein e Danièle Voldman, a segunda por Erick Hobsbawm. Também existe a chamada História Próxima, Maranhão Filho (2009), nos chama atenção para ela não ser confundida com a do tempo presente, pois seus marcos cronológicos são diferentes. “De modo geral, a história próxima é entendida como dizendo respeito aos últimos trinta anos, enquanto a história do presente englobaria, segundo outros, os últimos cinquenta ou sessenta anos” (MARANHÃO FILHO, 2009, p. 138). Isto posto, é possível perceber que não há um consenso quanto a demarcação cronológica da História do Tempo Presente.

A primeira geração dos Annales (1930) começou um movimento que trouxe mudanças significativas para o campo historiográfico, mas afastou a história política dos grandes debates, por considerá-la uma “história factual”, dando ênfase as análises a partir do econômico e do social. Se antes desfrutava de grande prestígio, agora sofreria um período de grande ostracismo.

A terceira geração dos Annales propôs novos problemas, abordagens e objetos para a pesquisa histórica. Dentre essas renovações duas características são essenciais para construção deste trabalho, a interdisciplinaridade, principalmente com a ciência política e a sociologia, e a ampliação na noção de documento. Em relação à primeira característica, o contato com essas duas áreas, especialmente, “[...] possibilitou o uso de novos conceitos e técnicas de investigação bem como a construção de novas problemáticas” (RÉMOND, 1988 apud PICCOLO, 2010, p. 39). Assim, houve um “retorno” da história política, pois a:

[...] pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à idéia de que o político tinha uma consciência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social (RÉMOND, 2003, p. 23).

Com a ampliação do uso das fontes, a imprensa escrita constituiu uma fonte possível apesar de seu lado subjetivo, esta característica que antes era uma das argumentações para barrar seu uso no campo de pesquisa dos historiadores, passou a ser um elemento para resgatar fatos históricos importante, principalmente na história política. “Nesse sentido, os estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais têm se expandido consideravelmente” (PICCOLO, 2010, p. 39).

Utilizando o marco cronológico de Erick Hobsbawn da História do Tempo Presente, o fim da Segunda Guerra Mundial, o recorte deste trabalho (1964-1966) insere-se dentro desse campo. As análises aqui compostas partem da compreensão da relação entre a história e a imprensa, teoricamente a orientação será pautada em alguns conceitos do filósofo italiano Antônio Gramsci, depois será feita uma discussão historiográfica sobre o golpe empresarial-militar de 1964 e a apresentação dos fatores que compuseram as eleições de 1965 para governadores. A partir da compreensão da importância desses acontecimentos, é apresentada a ascensão política de José Sarney e quais fatores foram determinantes, dando ênfase na atuação do jornal maranhense O Imparcial.

No primeiro capítulo será feita uma breve discussão sobre a relação entre a história e a imprensa, o jornal como fonte e a sustentação teórica. De acordo com Luca e Martins (2008), a imprensa é sujeito e objeto da história, dessa forma usá-la como fonte para construção de trabalhos historiográficos é importante e enriquecedor. Por isso, para reconstrução do recorte deste trabalho o jornal O Imparcial, periódico maranhense, foi escolhido como fonte. Teoricamente são utilizados os conceitos gramscianos de Estado Ampliado, Sociedade Política, Sociedade Civil, Aparelhos Privados de Hegemonia, Intelectual Orgânico e Partido, os quais serão explicados para que as suas aplicabilidades ao longo dos outros dois capítulos sejam entendidas.

No segundo capítulo será feita uma discussão historiográfica sobre o golpe empresarial-militar a partir de autores que utilizam perspectivas diferentes para conceituá-lo. Depois as eleições de 1965 entrará em discussão sendo levada em conta suas singularidades e sua incidência no Maranhão. Partindo dessa explicação será dada ênfase na atuação em especial de um candidato ao governo estadual, José Sarney. A sua expressiva vitória nesse

pleito marcou sua meteórica ascensão na política e um dos fatores condicionante foi à atuação do jornal O Imparcial, porque fez uma poderosa campanha para ele.

Durante a campanha em 1965, José Sarney apresentava-se como o “progresso” para o Maranhão, o Estado que seria erigido, caso ele ganhasse, ganhou o slogan de “Maranhão Novo”. Então, o terceiro capítulo analisa a chegada do novo governador ao Executivo Estadual, como foi composto o seu governo e o seu projeto político-econômico classista consonante ao do governo federal. Serão utilizadas várias reportagens do jornal O Imparcial para sustentar a explicação de como o periódico foi importante para construção positiva do primeiro ano do governo Sarney. Para finalizar será feita uma síntese do porquê do jornal em questão ser o poderoso aparelho privado na ascensão política de José Sarney.

CÁPITULO 1: O JORNAL COMO FONTE: análise e sustentação teórica gramsciana.

O jornal é uma fonte muito importante para reconstituição histórica, mas nem sempre foi reconhecido dessa forma. Antes do século XX ele não constituía uma fonte possível para os historiadores. Por isso, além de usá-lo como fonte, é importante também compreender a relação entre a história e a imprensa. Isto posto, o primeiro tópico deste capítulo trabalhará com alguns momentos importantes que reconstituem essa relação, também será discutido o jornal enquanto fonte para construção historiográfica. No segundo tópico será feito um pequeno histórico do jornal *O Imparcial*, que é a fonte adota para esta pesquisa. O terceiro tópico discutirá alguns conceitos teóricos de Antônio Gramsci, os quais serão a sustentação teórica deste trabalho.

1.1 História e Imprensa: o jornal como fonte.

A Imprensa Régia foi criada após a mudança da família Real para o Brasil (1808). A *Gazeta do Rio de Janeiro*¹ foi o primeiro jornal a ser publicado. Isso possibilitou a criação de jornais na Capital do Reino (Rio de Janeiro) e nas províncias. Mas um pouco antes, Hipólito José da Costa², exilado em Londres, havia lançado nessa cidade o *Correio Braziliense*, era um jornal brasileiro produzido na Inglaterra e uma de suas características eram as críticas ao governo.

¹Fundada em 10 de setembro de 1808, no Rio de Janeiro, sede do governo na época. Inicialmente com distribuição semanal, passou a circular às quartas e aos sábados, e, posteriormente, às terças, quintas e aos sábados, sem incluir as edições extraordinárias publicadas com grande frequência. Foi dirigida até 1812 pelo frei Tibúrcio José da Rocha, que foi então substituído pelo coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e por Francisco Ferreira Goulart. Suas matérias tratavam muito pouco do Brasil e relatavam fatos insípidos ocorridos na Europa. Não possuía variação de pauta, pois fora criado para informar sobre fatos administrativos do reino e sobre a movimentação social da corte.

Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliansa/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=17&sid=21>. Acessado em: 10.04.2016

²Hipólito da Costa (Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça), jornalista nasceu na Colônia do Sacramento, atual República do Uruguai, em 13 de agosto de 1774, e faleceu em Londres, Inglaterra, em 11 de setembro de 1823. Fez os preparatórios em Porto Alegre e formou-se em Direito e Filosofia na Universidade de Coimbra, em 1798. No mesmo ano foi encarregado pelo ministro português, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de estudar questões econômicas nos Estados Unidos, onde ficou até 1800, daí resultando o *Diário de minha viagem para Filadélfia*, só publicado em 1955. Nomeado para a Imprensa Real em 1801, fez nova viagem oficial, à Inglaterra e à França, sendo preso na volta, em 1802, passando então cerca de três anos nos cárceres da Inquisição, acusado de disseminação da Maçonaria em Portugal. Fugiu em 1805, disfarçado em criado de serviços, tomando o rumo de Espanha, Gibraltar e finalmente Londres, onde se estabeleceu definitivamente. Ali, pondo-se sob a proteção do Duque de Sussex, filho do rei e maçon ele próprio, funda o *Correio Braziliense* em 1808, o mesmo ano da criação da imprensa no Brasil. Tem-se dito que é o primeiro jornal brasileiro, antecedendo mesmo ao primeiro jornal que se imprimiu em território nacional, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808).

Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/hipolito-da-costa/biografia>. Acessado em: 10.04.2016

Até 1820 somente os periódicos produzidos pela Imprensa Régia tinham licença para circular. Em 1821 acabou a censura prévia e multiplicou-se o número de publicações a circular no Brasil. No Maranhão, por exemplo, segundo Arcanjo (2007), o primeiro jornal a ser publicado foi em 10 de novembro de 1821, O Conciliador do Maranhão. Depois de sua criação surgiram diversos impressos no estado:

Entre 1821 e 1979, a região norte registrou 397 impressos, tendo São Luis concentrado quase a totalidade, com 355 títulos, e as demais localidades 42 periódicos. A capital maranhense, no decorrer dos séculos XIX e XX, continuará a manter a liderança quanto ao número de jornais, acontecimento que nos sinaliza o quanto a penetração das atividades tipográficas foi lenta e concentrada na sede administrativa do governo (ARCANJO, 2007, p. 05).

No contexto da independência (1822) tinha-se uma grande agitação política e a imprensa foi um instrumento essencial nessa luta, tanto a oficial (apoiava o governo) quanto à oposicionista. Em 1823 iniciou-se uma dura perseguição aos opositores, culminando em espancamentos, deportações e processos contra esses jornalistas. Os impressos foram importantes nesses acontecimentos, pois:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir a transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para reconstrução do passado (LUCA; MARTINS, 2008, p. 8).

Na segunda metade do século XIX entraram em cena os jornais republicanos. Em 1889 foi instaurada a República no Brasil, os jornais partidários desse governo criticavam severamente o período imperial. No processo de consolidação da República, os impressos tiveram um papel fundamental e seus representantes também ocuparam postos no governo. “Os jornais daquela época criaram a imagem harmoniosa, unitária e festiva da República. Todos enfatizaram o contentamento popular” (CAPELATO, 1988, p. 44). Eles passavam a ideia de que o “povo estava assistindo bestializado”³ aquele acontecimento, como se não houvesse vozes discordantes. Por isso ao estudar esse momento histórico através desses periódicos é importante prestar atenção:

[...] para alguns aspectos do discurso produzido na imprensa durante as comemorações da Abolição e República. Ele se caracteriza pela ênfase no novo, pela insistência na índole pacífica do brasileiro e pela presença do par

³ “O fato foi deles, deles só porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditam seriamente estar vendo uma parada [...]” (LOBO apud CAPELATO, 1988, p. 44).

ordem e progresso, simbolizada nas metáforas de luz e trevas (CAPELATO, 1988, p. 45).

Com o passar do tempo esses periódicos, os quais foram tão importantes na mudança do regime, passaram a fazer críticas constantes. Outro momento importante da participação da imprensa é no governo de Getúlio Vargas (1951-1954), pós- Estado Novo. Ele não tivera o apoio dos meios de comunicação, por isso incentivou a criação do jornal Última Hora⁴, como ferramenta para divulgar as realizações do seu governo.

A partir de 1953 a oposição ao governo intensificou-se, principalmente, na figura dos jornalistas Carlos Lacerda⁵ (proprietário do jornal Tribuna da Imprensa) e Assis Chateaubriand⁶ (proprietário dos Diários Associados). Em 05 de agosto de 1954 Lacerda sofreu um atentado, acirrando ainda mais a oposição da imprensa⁷ a Getúlio. No dia 24 de agosto Vargas cometeu suicídio e em sua carta-testamento o atribuiu aos “inimigos da nação”. A imprensa oposicionista foi acusada de ser uma das causadoras e houve uma revolta popular contra ela.

⁴ A Última Hora, criada pelo jornalista Samuel Wainer em junho de 1951, além de contar com recursos advindos do banqueiro Walter Moreira Sales e do Banco Hipotecário de Crédito Real de Minas Gerais, obteve apoio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Obter recursos do governo não era algo excepcional, já que a maioria das empresas jornalísticas do país dependia da importação de papel, que era subsidiada pelo governo. De modo geral, a modernização dos veículos de comunicação se fazia com empréstimos de bancos oficiais. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>. Acessado: 20.04.2016

⁵ Carlos Frederico Werneck de Lacerda iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o Diário de Notícias. Em 1932 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, abandonando o curso em 1934, segundo registrou em seu livro Depoimento. Lacerda participou do grupo articulador da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização fundada em 1935 com o caráter de "frente popular", cujo programa, baseado na mobilização das massas, propunha a luta contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio. O ano de 1945 seria marcado pela consolidação do processo de redemocratização do país. Ainda no início desse ano, Lacerda começou a trabalhar como *free-lancer* no *Correio da Manhã*, onde criou, em 1946, a seção intitulada "Na tribuna da imprensa". Em janeiro de 1947 foi eleito vereador pelo Distrito Federal na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Em 1949 foi afastado do *Correio da Manhã*. Conservando, no entanto, o direito de usar o título de sua coluna, decidiu lançar um novo jornal com esse nome. Assim, em dezembro de 1949, fundou a Tribuna da Imprensa que, representando as principais propostas da UDN, viria a fazer oposição às forças políticas vinculadas ao getulismo. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda. Acessado: 20.04.2016

⁶ O próximo tópico deste capítulo terá mais informações sobre ele.

⁷ Jornais como o Diário Carioca, o Diário de Notícias, O Estado de S. Paulo e o Correio da Manhã, mesmo adotando um discurso de defesa dos preceitos formais do regime democrático e buscando soluções dentro da lei, nunca aderindo, portanto, a um golpismo declarado, fizeram dura oposição ao governo Vargas, antes e depois do atentado a Carlos Lacerda. Esses jornais evoluíram ao longo da crise, passando, logo após o atentado, a acusar o presidente da República de responsável pelo crime da Tonelero e a pedir sua renúncia. Já os jornais O Globo, O Jornal e Folha da Manhã tiveram um comportamento menos emotivo e mais objetivo no tratamento dos acontecimentos. Em nenhum momento esses jornais atribuíram a Vargas a responsabilidade direta pelo atentado, e muito menos advogaram uma solução unilateral ditada pelas Forças Armadas. O apelo à renúncia só ocorreu às vésperas do suicídio.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>. Acessado: 20.04.2016

No começo da década de 1960 a “grande imprensa”⁸ trabalhava no processo de desestabilização do governo João Goulart, sendo protagonista na divulgação do fantasma do comunismo, da explicitação do "caos administrativo" e da necessidade de restabelecimento da ordem a partir de uma ação militar. No entanto, cabe ressaltar que esse foi um comportamento de grande parcela dos jornais, mas não de todos. Existiram aqueles que adotaram uma postura contrária. Após a instauração do regime autoritário (1964), alguns jornais arrependeram-se muito pelo apoio dado, enquanto outros em troca de apoio ao governo conseguiram expandir suas empresas.

Esse só foi um pequeno panorama de momentos importantes no Brasil nos quais a imprensa teve importante atuação. Foram destacados os mais relevantes até a década de 1960, em que a imprensa foi determinante nos rumos da História. O destaque dessas conjunturas teve o objetivo de mostrar o quanto os meios de comunicação são importantes para pensar períodos históricos essenciais do país, pois:

Os impressos que por aqui circulam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras, a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, interagindo-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa e nas instituições. (LUCA; MARTINS, 2008, p. 8)

A imprensa escrita, especificamente os jornais, é uma fonte muito importante para a construção historiográfica. “Desde os primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e a temem, por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais” (CAPELATO, 1988, p. 13). Mas nem sempre, enquanto fonte, foi vista com bons olhos.

Durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, de acordo com a tradição positivista⁹, os historiadores precisavam buscar a verdade em suas fontes e serem imparciais ao analisá-las. Os documentos oficiais era o tipo de fonte que trazia essa confiabilidade. Dessa forma, os jornais não configuravam como uma fonte segura, pois continham um lado

⁸ “A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. (LUCA, 2012, p. 149)

⁹ “[...] tradição associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes arcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento” (Id., 2008, p. 111 e 112).

subjetivo visto como negativo. Maria Helena Capelato (1988) afirmou que nesse período os jornalistas também tinham esse culto a objetividade e a concepção do fato-verdade.

A escola dos Annales foi importante para inserção da imprensa escrita como fonte, apesar das “[...] críticas feitas pela primeira geração não ter significado o reconhecimento imediato da imprensa como fonte, ela continuou relegada a uma espécie de limbo” (LUCA, 2008, p. 112). Só a partir da terceira geração seu uso começou a ser efetivado.

A terceira geração¹⁰ dos Annales propôs novos problemas, abordagens e objetos¹¹ para “o fazer histórico”, o dialogo com outras áreas (interdisciplinaridade) para haver um alargamento do campo de pesquisa do historiador. Com essas mudanças, houve uma ampliação da noção de documento. Assim, a imprensa escrita passou a ser considerada como uma fonte documental, mas no começo enfrentou a desconfiança dos historiadores.

Até a primeira metade do século XX, segundo Capelato (1988), havia duas posturas dos historiadores brasileiros, a primeira era o desprezo por considerar a imprensa como uma fonte suspeita e a segunda era considerá-la como repositório da verdade, a notícia era encarada como um relato fidedigno do fato. As duas posturas eram complicadas e apesar do avanço de já tê-la reconhecido enquanto uma fonte possível era necessária uma mudança na concepção dos pesquisadores. “O jornal não é um transmissor imparcial dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade” (CAPELATO, 1980, p. 21).

A partir da década de 1970 o uso dos periódicos como fonte começou a tomar fôlego. “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2008, p. 118).

O livro “O Bravo Matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo” (1980) das autoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, fusão de suas dissertações (1974), foi uma obra de fundamental importância. Além de usarem o jornal O Estado de S.

¹⁰ “A prática historiográfica alterou-se significativamente as décadas finais do século XX. Na França, a terceira geração dos Annales realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatístico [...]. Os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivaram a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar” (LUCA, 2008, p. 112)

¹¹ “Obra coletiva e diversificada pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história” (LE GOFF; NORA apud LUCA, 2008, p. 113).

Paulo como única fonte de pesquisa, o analisaram criticamente, buscando suas conexões políticas e o porquê do posicionamento adotado por ele, as autoras explicaram que:

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal O Estado de S. Paulo como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19)

Trabalhar com a imprensa, especificamente os jornais, é enriquecedor para o resgate da participação de grupos sociais em contextos específicos. Ao longo do século XX a concepção e o trato a essas fontes foram mudando. Antes já era reconhecida como importante para escrita da História da Imprensa, “[...] mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da história por meio da imprensa” (LUCA, 2010, p. 111).

Capelato (1988) chama a atenção para o fato de o documento ser fruto de quem e da sociedade que o produziu. A partir dessa perspectiva todos os documentos podem ser ao mesmo tempo falsos e verdadeiros. Se tratando dos jornais, é com o entendimento dessa dualidade que o historiador ao encará-lo o interpretará como resultado de uma construção feita por pessoas com orientações políticas, econômicas e sociais, aos quais incidem diretamente na notícia escolhida para ser veiculada.

Os meios de comunicação estão numa constante batalha para conquistar o seu público e as suas ações refletem como uma força política. Para entender as suas participações na história é preciso primeiramente fazer algumas indagações, que serão essenciais para compreensão de cada posicionamento. Então é necessário saber: quem são seus proprietários, qual é o seu público-alvo, quais os objetivos e recursos usados para conquistar seu público. “A reconstrução dos liames entre a história e a política implica reverter o sentido do que foi descrito para desvendar os artifícios dos construtores da memória” (CAPELATO, 1988, p. 25).

Nesse contexto de mudança das concepções sobre as fontes, também foi possível trabalhar com a História do Tempo Presente. O historiador não necessitava mais estar tão distante temporalmente do seu objeto, assim “houve um ‘retorno’ da História política, nunca totalmente abandonada, mas vítima de significativo ostracismo durante grande parte do século XX” (LUCA, 2008, p.114). Nessas novas abordagens da história política, os impressos

passaram a ser muito importante na reconstrução dos fatos, por exemplo, no estudo do golpe empresarial-militar de 1964 a atuação dos meios de comunicação é de suma importância.

Com a chegada do século XX algumas mudanças aconteceram como a incorporação de máquinas modernas e a divisão das funções. Assim teve-se o proprietário, o redator, o editor, diferentemente da produção anterior, na qual, geralmente, um mesmo indivíduo fazia todas essas funções. Isso foi possível porque esse século “[...] se impôs com seu cortejo sedutor de novidades prontamente trazidas para a criação da grande imprensa e a ampliação do parque gráfico” (LUCA; MARTINS, 2012, p. 13)

Nesse contexto a luta política nos jornais não foi abandonada, mas inseriram-se outros gêneros como crônicas, reportagens, conteúdos literários, seções especializadas (esporte, lazer, cultura), os anunciantes também eram importantes para o financiamento dos periódicos. Com a divisão trabalho foram necessários mais profissionais, não só os que redigiam o jornal, mas também desenhistas, repórteres, fotógrafos, pessoas para cuidarem da área administrativa e operários que dessem materialidade aos textos.

Na segunda metade do século XX, os veículos eletrônicos de comunicação de massa forçaram os jornais a melhorar o seu parque gráfico-editorial. Com a competitividade entre vários tipos de mídias, a informação tornou-se também um bem econômico, uma mercadoria. De acordo com Capelato (1988), a “mercadoria política” era o produto colocado no mercado pelas empresas jornalísticas. “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e porquê” (DE LUCA, 2008, p. 132). O caráter lucrativo tornou-se importante, mas é preciso levar em consideração:

Ainda que tivesse adentrado ao mundo dos negócios, os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos se digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiam-se pelo seu matiz ideológico, expressos nas causas que abraçavam, na auto-imagem que se esforçavam para construir e no público que pretendiam atingir (DE LUCA; MARTINS, 2006, p. 20).

A imprensa faz uma grande intervenção na vida social e é usada como instrumento de manipulação de interesses. A partir dessa constatação o historiador precisa captar o que está por trás das notícias apresentadas nas páginas dos jornais, ou seja, quem são seus produtores e entendê-los como sujeitos portadores de um posicionamento determinado dentro da sociedade, principalmente politicamente. Dentro desses meios de comunicação se entrelaçam interesses políticos e econômicos, uma vez que:

Jornais, rádios, revistas e televisões são empresas e, portanto, também buscam lucros. De outra parte, negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público (DE LUCA; MARTINS, 2006, p. 11).

Na empresa jornalística dois fatores se correlacionam e o historiador precisa estar atento, pois incide no produto final da notícia. Tem o fator público, político, e o privado, empresarial. Dessa forma, a informação torna-se uma arma de manipulação pelos detentores do seu monopólio. Os compromissos políticos dos empresários-jornalistas não os deixam veicular a informação como deveria¹², os seus aliados são enaltecidos e a quem fazem oposição são extremamente criticados. Cabe ao pesquisador entender nas entrelinhas essas disputas e como elas são importantes para reconstrução de determinado fato ou momento. Por isso:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1988, p. 21).

Apesar dos avanços conquistados ainda é necessário mais trabalhos que usem a imprensa escrita como fonte. Não é uma pesquisa fácil para o historiador, pois ele precisará desmistificar toda a roupagem do impresso e como isso incide diretamente na notícia levada ao seu público. Os jornais têm um poder de persuasão muito grande, então eles não são meros reprodutores de informações, mas sim impulsionadores na construção de opiniões.

Ao veicular suas matérias, eles não são despidos de suas orientações e compromissos políticos. Dessa forma, seu trabalho será, principalmente, de formar uma opinião que favoreça aos seus. A sua subjetividade não implica na sua importância como fonte para construção histórica, muito antes pelo contrário, é essencial para reconstruir contextos específicos. Ao analisá-los, os seus mecanismos de poder precisam ser resgatados, porque:

A batalha pela conquista dos corações e mentes implica uma forma, muitas vezes sutil e difícil de ser detectada, de manipulação das consciências. O jornal dá ao público o que ele pede, afirmam alguns proprietários, esse

¹²“[...] neste mundo desigual a informação, direito de todos, transforma-se numa arma de poder manipulada pelos poderosos” (CAPELATO, 1988, p. 18).

argumento oculta, com sutileza, o poder de convencimento que a imprensa detém (CAPELATO, 1988, p. 69).

No Maranhão os estudos da relação entre História e Imprensa ainda precisam de mais atenção, sobretudo, a partir do período republicano. Assim, neste trabalho o jornal O Imparcial será usado como fonte para a compreensão da ascensão política de José Sarney na década de 1960.

1.2 Histórico do Jornal O Imparcial .

Em primeiro de maio de 1926 o jornal O Imparcial¹³ foi fundado por José Pires Ferreira¹⁴, que o apresentou como um jornal desvinculado de compromissos políticos, ou seja, não pretendia defender posições ideológicas e separaria notícia de opinião. Mas ser imparcial é impossível.

Em outubro de 1944, seu fundador o vendeu e ele foi incorporado aos Diários Associados¹⁵, de propriedade de Assis Chateaubriand¹⁶. “Afirma-se que o motivo da compra foi o parque gráfico do matutino, arrojado para época e serviria para imprimir outros jornais do grupo no Estado [...]” (PINTO, 2008, p. 4). Quando um jornal era incorporado ao conglomerado, Chateaubriand apresentava da seguinte forma:

“[...] Como órgão Associado, este jornal passa a contar com as incomparáveis fontes de informação e de colaboração do nosso consórcio, podendo consolidar ainda mais, o seu prestígio e aumentar a sua penetração em todas as camadas sociais. A incorporação do grande matutino maranhense aos Diários Associados integra-o numa organização publicitária que visa fortalecer a unidade política e espiritual do Brasil, através de uma rede de jornais, emissoras e revistas colocadas nos pontos-chaves de cada região. Fazemos um jornalismo impessoal e elevado, orientado exclusivamente no sentido do interesse coletivo... Cada órgão Associado é uma cidadela do Brasil, preocupada somente com a defesa dos supremos

¹³ “Vale ressaltar que este nome já pertenceu a outros dois periódicos de São Luis; o primeiro data de 27 de maio de 1899, foi fundado por Anísio Palhano de Jesus, mas faliu nas primeiras edições e, o outro, surgiu em 1914, e se manteve até 1915. Não há pois nenhuma ligação entre os mesmos” (PINTO, 2008, p. 82 e 83).

¹⁴ Era um comerciante do ramo de importação e exportação, jornalista e político.

¹⁵ Conglomerado de empresas de mídia fundado em 1924 por Chateaubriand, ele reunia 31 jornais diários, 5 estações de rádio e 9 estações de televisão.

¹⁶ Jornalista; senador em Pernambuco 1952-1955; senador no Maranhão 1955-1957; embaixador brasileiro na Inglaterra 1957-1960. Em 1924, com a ajuda de Alfredo Pujol e Alexandre Mackenzie, comprou no Rio de Janeiro o matutino O Jornal, de propriedade de Renato Lopes e cuja situação financeira era precária. Seis meses mais tarde adquiriu seu segundo jornal, o Diário da Noite, em São Paulo. Com base nesses dois órgãos, iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde viria a ser conhecida como Diários Associados. Assim, em 1927, fundou a revista O Cruzeiro, semanário que, segundo o próprio Chateaubriand, teria contado em seu lançamento com o auxílio de Getúlio Vargas, então ministro da Fazenda, o qual teria obtido a metade do capital necessário (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Assis Chateaubriand).

interesses da pátria comum, seja em Porto Velho ou em São Luís, em Santa Maria ou em Manaus, em Goiânia ou em São Paulo [...]” (CARNEIRO, 1999, p.240).

A troca de donos trouxe mudanças significativas para o jornal, que passou a trazer notícias internacionais, nacionais, regionais e locais, seguindo respectivamente essa ordem de importância. Como esse fluxo de matérias não se restringia somente a assuntos do estado, os jornalistas tiveram que adequar seus textos ao estilo da cadeia nacional de impressos.

O processo de melhoramento dos meios de comunicação nos anos 1960 não ficou restrito apenas ao eixo Rio-São Paulo. Ao ser incorporado aos diários associados e passar a seguir os ditames de Chateaubriand, O Imparcial também passou por esse processo e foi integrado ao cenário nacional, então:

Chama atenção a relação do Maranhão com Assis Chateaubriand, criador da Cadeia dos Diários Associados, que organizou um império de 31 jornais diários, 25 estações de rádio e nove estações de televisão, cobrindo dezessete Estados, além das revistas que editava. Em São Luís, no ano de 1944, ele possuía dois jornais: *Diário do Norte* e *O Globo*, que circulavam timidamente devido à falta de maquinário adequado para a sua impressão. Resolveu, então, comprar o jornal *O Imparcial*, fundado em maio de 1926, que não só tinha excelente aceitação no mercado, como gozava de ilibada reputação e um maquinário capaz de servir aos seus dois outros jornais. A partir daí, o cenário jornalístico maranhense passa por uma grande mudança, principalmente o jornal *O Imparcial*, o *Diário do Norte* e *O Globo* (que passou a se denominar *A Pacotilha*). (CASTRO; FAGUNDES, 2012, p. 235).

O jornal foi o primeiro a introduzir a linotipo¹⁷ e a máquina de escrever na redação. Em outubro de 1973 aderiu à impressão offset¹⁸, a fotocomposição eletrônica e a composição

¹⁷A Linotipo é um equipamento de composição mecânica que compreende quatro partes fundamentais: os magazines, ou depósitos de matrizes; o teclado, o mecanismo de fundição e o mecanismo de distribuição das matrizes. Basicamente, a sua operação consiste em: reunir as matrizes em uma linha de texto; espaçá-la automaticamente a fim de alcançar a medida predefinida; posicionar a linha composta no mecanismo de fundição; transferir a imagem dos caracteres das matrizes para uma barra de metal; e, por fim, devolver as matrizes às suas posições originais nos magazines, para nova utilização. Disponível em : http://www.revistatecnologiagrafica.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4231:uma-breve-historia-da-linotipo&catid=68:materias-especiais&Itemid=188 . Acessado em: 11.05.2016

¹⁸“Off-set: Sistema de impressão indireta, criado em 1904 por Rubel, a partir do princípio da litografia. A imagem a ser impressa é gravada por processo fotoquímico (fotolitografia) numa chapa granulada de metal flexível (alumínio ou zinco). A chapa (matriz) é então instalada num dos cilindros da máquina impressora e, em vez de imprimir diretamente sobre o papel, como na tipografia e na litografia, transfere a imagem para um outro cilindro revestido de borracha (blanqueta) que, finalmente, imprime na folha de papel. A cada rotação da máquina, a matriz é umedecida e entintada. As áreas de não-impressão aceitam a umidade e repelem a tinta, enquanto nos pontos a serem impressos ocorre o inverso. A impressão por este sistema permite reproduzir com perfeição traços delicados, grandes chapados ou retículas finíssimas. A impressão offset oferece boa qualidade a custos compensadores, precisão na impressão em cores, perfeito registro, grandes tiragens com rapidez e impressão em várias cores em uma única operação” (PINTO, 2007, p. 84).

computadorizada. Ainda sob o comando de J. Pires foi o primeiro a lançar um repórter-fotográfico na imprensa maranhense.

Em diversos momentos os interesses político-empresariais prevaleceram, por exemplo, quando já era associado, participou do processo de desestabilização do governo de João Goulart e apoiou o golpe empresarial-militar, o qual chamava de “Revolução”. “O matutino mostrou-se, no período de 1950 a 1970, instrumento de barganha do político Assis Chateaubriand com lideranças locais” (PINTO, 2008, p.5), sobretudo, na campanha de 1965, na qual foi uma espécie de cabo eleitoral de José Sarney e fez uma cobertura intensiva do seu governo.

O impresso possuía entre oito e doze páginas, custava 30 cruzeiros novos era organizado por temáticas, tendo colunas variadas sobre trabalho, economia, política, cultura e esportes. Os principais colunistas que assinavam no periódico eram Assis Chateaubriand; Austregésilo de Athayde, jornalista pernambucano e membro por anos da Academia Brasileira de Letras; Octávio Gouveia Bulhões, que assinava as colunas de economia, sua área de formação. Posteriormente foi Ministro da Fazenda do primeiro governo ditatorial sob a tutela de Castelo Branco.

O Imparcial é importante para a história do Maranhão, principalmente no período da ditadura empresarial-militar. Por isso, ele foi escolhido como fonte para reconstrução da ascensão política de José Sarney, o tendo como um aliado fundamental.

1.3 Estado e Sociedade Civil através da perspectiva teórica gramsciana.

Este trabalho é orientado teoricamente pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, através dos seus conceitos de Estado Ampliado, Sociedade Política, Sociedade Civil, Aparelhos Privados de Hegemonia, Hegemonia, Intelectual Orgânico e Partido. Ele cresceu na região da Sardenha, Itália. Sua atividade política começou por volta de 1913. Primeiramente filou-se ao Partido Socialista Italiano (PSI), mas os posicionamentos tomados por seus membros não eram paralelos ao dele, então, chegou à conclusão que era necessário criar um novo partido. Em 1921 participa da criação do Partido Comunista Italiano (PCI) e torna-se membro do seu Comitê Central.

Em 1919 criou com alguns amigos um semanário chamado *L'Ordine Nuovo*, assumindo o cargo editor-chefe. O jornal era um difusor da cultura socialista. Em outubro de 1922 o movimento fascista chegou ao governo italiano. Gramsci foi preso por esse governo

em 08 de novembro de 1926. No encarceramento ele começou seus escritos, que depois de sua morte foram organizados e chamados de Cadernos do Cárcere.

O italiano tinha um grande apresso por Lênin e estudou muito a Revolução Russa. Dessa forma, a principal questão que norteia seus escritos é “[...] por que, apesar da crise econômica aguda e da situação objetivamente revolucionária existente na Itália e em boa parte da Europa nos inícios dos anos 1920, não foi possível repetir ali a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia?” (COUTINHO, 2011, p. 20).

Para entender os conceitos do teórico italiano é necessário fazer uma pequena discussão sobre a concepção de Estado em Marx e Engels, que também influenciaram Lênin. Para eles o Estado surgiu “[...] na emergência da propriedade privada, no momento em que uma dada coletividade- ou grupo social – apropriou-se privadamente daquilo que pertencia a todos, subordinando os demais, transformados em força de trabalho” (MENDONÇA, 2014, p. 5). O fenômeno estatal é entendido a partir do seu caráter classista, ou seja, o Estado só existe porque há a divisão de classes:

A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe quando e enquanto existir essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção); e a função do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como interesse geral da sociedade (COUTINHO, 1989, p. 74).

No trabalho desses autores o uso dos aparelhos repressivos do Estado para garantir a natureza de classe era colocado em primeiro plano. A sociedade civil foi pouco explorada e quando referiam-se a ela era sobre as relações sociais de produção (economia). Carlos Nelson Coutinho nos chama atenção quanto às críticas feitas a teoria marxista, sobretudo ao próprio Marx, ao ser considerado como unilateral. É necessário levar em consideração o momento histórico do Estado em que Marx, Engels (posteriormente Lênin) viveram e analisaram em suas obras, pois era “em uma época de escassa participação política, quando a ação do proletariado se exercia sobretudo através de vanguardas combativas mas pouco numerosas, atuando compulsoriamente na clandestinidade [...]” (COUTINHO, 2011, p. 23).

Gramsci fez uma conservação/superação da teoria marxista, pois conservou seu núcleo, mas acrescentou novas determinações, a enriquecendo. Ele também analisa o Estado pelo seu caráter classista e seu aparato repressivo, mas o amplia dialeticamente. No interior

das superestruturas¹⁹ têm duas esferas essenciais: a “sociedade política” e a “sociedade civil” (Estado ampliado ou integral)²⁰. Gramsci escreveu em uma época:

“[...] e num âmbito geográfico no qual já se generalizou essa maior complexidade do fenômeno estatal. Ele pôde assistir a uma intensa socialização da política, resultante da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação efetiva de poderosos sindicatos operários. Até mesmo a direita, para triunfar politicamente, tem agora de se apoiar em movimentos políticos de massa, como é o caso do fascismo e do nazismo. Neste contexto, a luta política, já não se trava apenas entre uma burguesia entrincheirada no Estado e as vanguardas ativas mas restritas da classe operaria” (COUTINHO, 2011, p. 24).

O aparelho de Estado (Sociedade Política) é uma organização de classe e tem como principal interesse garantir os interesses da classe economicamente dominante. Nesse âmbito estão os aparelhos repressivos (controlados pela burocracia executiva e policial-militar), ou seja, o poder de coerção, e, “[...] por coerção não se deve entender somente apenas a violência pura e simples, mas todos os atos governamentais que sou obrigado a cumprir, ainda que não concorde com eles [...]” (COUTINHO, 2011, p. 26). Nas palavras de Gramsci:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico corporativo (GRAMSCI, 2000, vol 3, p. 41 e 42).

Gramsci preocupava-se em não analisar o Estado de uma maneira reducionista, ou seja, não ateu-se apenas a sua função coercitiva. Por isso, é na sua formulação de sociedade civil que ele supera e enriquece o conceito marxista de Estado. A luta pelo poder político e pela hegemonia não acontecem apenas no âmbito da sociedade política, mas também no da civil, que é de suma importância para a conquista ou permanência da hegemonia política e ideológica de uma classe ou fração dela.

¹⁹ Esfera estrutural: base econômica; Esfera das superestruturas: Estado/ Sociedade Política/ Sociedade Civil.

²⁰ “[...] pode-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem a função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquele ‘domínio direto’ ou de comando que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (GRAMSCI, 1968, p. 10 e 11).

Essa direção moral e intelectual é realizada no âmbito da sociedade civil através dos aparelhos privados de hegemonia (imprensa, escolas, igrejas, partidos, etc). Esses são os espaços onde serão disputados ou impostos os interesses particulares de uma classe (ou fração) como sendo de toda sociedade. A sociedade política tem o poder coercitivo, mas não é só através dele que mantêm seus interesses resguardados, também é necessário a criação do consenso, senão não há direção política na sociedade civil.

Coerção e consenso não devem ser entendidos como opostos, em Gramsci um é inerente ao outro. Para uma classe se tornar ou manter hegemônica precisa da combinação dos dois. Então não adianta dispor dos aparelhos repressivos do Estado e não ter alguns aparelhos privados de hegemonia ao seu dispor. A hegemonia é a capacidade que uma classe ou grupo tem de tornar seu projeto econômico-político como da vontade coletiva. A classe economicamente dominante para se manter hegemônica, além da “direção intelectual e moral”, precisa fazer concessões aos grupos subalternos, claro que não são feitas em seus elementos essenciais. A hegemonia se realiza numa ação que envolve o Estado e a sociedade civil, mas também é exercida na base econômica da sociedade. Então:

[...] o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deva levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e compromisso não se relacionem com o essencial, pois se a hegemonia é ético-político também é econômica, não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2000, vol 3, p. 48).

Nas batalhas hegemônicas os intelectuais são atores fundamentais. “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1968, p. 7). O autor foge da concepção de intelectual como apenas o homem “letrado”, afirmando que em cada atividade humana existe uma concepção de mundo, então não existem os não-intelectuais, porque:

[...] existem graus diversos de atividade específica intelectual [...]. Em suma, todo homem, fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1968, p. 7 e 8).

Para uma classe (ou fração) conseguir se desenvolver plenamente precisa criar seus quadros de intelectuais para lhe darem “[...] homogeneidade e consciência da própria função,

não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]” (GRAMSCI, 1968, p. 3). Uma fração de classe para ser hegemônica precisa dos seus intelectuais, pois eles participam da organização de um dado aparelho privado de hegemonia e através dele reproduz e cria o consenso, organiza a vontade coletiva e trabalha na nacionalização do projeto ao qual representa.

Gramsci faz a distinção entre os “intelectuais orgânicos” e os “intelectuais tradicionais”, os primeiros “[...] são gerados diretamente por uma classe e servem para lhe dar consciência e promover sua hegemonia, e ‘intelectuais tradicionais’, que se vinculam instituições que o capitalismo herda de formações sociais anteriores” (COUTINHO, 2011, p. 30). Uma classe que quer ser ou manter-se hegemônica não tem apenas que criar os seus intelectuais orgânicos, precisa também assimilar os tradicionais. Para o autor os intelectuais:

[...] são ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população orientação impressa pelo grupo fundamental dominantes à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que asseguram ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa, nem passivamente, mas que é construído por toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1968, p. 11).

A sociedade civil é marcada pelos conflitos de classe, dentro dela são disputados projetos distintos, ela torna-se uma arena da luta de classes. Existem vários projetos políticos em disputa, que partem de aparelhos de hegemonia distintos, e é importante ressaltar que dentro de uma mesma classe ou fração também há antagonismos, ou seja, elas não são homogêneas. O grande segredo é saber encaminhar os seus projetos, apesar de sua heterogeneidade. Dessa forma, algumas associações da sociedade civil também podem ser definidas como um partido quando se tornam instrumentos decisivos na luta pela hegemonia. Carlos Nelson Coutinho ressalta que:

[...] Gramsci define o partido mais por sua função – elevar a consciência das classes ao nível ético-político e, assim, interferir nas batalhas por hegemonia – do que por um tipo específico de organização formal. Com efeito, para ele, se os partidos propriamente ditos não cumprem essa função, ela pode ser exercida não só por outras instituições sociais, mas até mesmo por grandes intelectuais, por jornais, por revistas etc. (COUTINHO, 2011, p. 31).

Este trabalho irá explorar principalmente o âmbito da sociedade civil, em especial um aparelho privado de hegemonia, a imprensa (o jornal). Os editores responsáveis pela redação dos editoriais, que representam a opinião do jornal, o posicionamento institucional da empresa de comunicação, em aliança com as colunas e matérias assinadas por seus jornalistas, atua como intelectuais orgânicos. “Gramsci dava uma grande importância à imprensa, como um destacado instrumento da sociedade civil, na disputas das idéias, na direção moral e intelectual e na orientação para as disputas concretas existentes na sociedade” (ALMEIDA, 2011, p. 125). Os meios de comunicação são indispensáveis para o Estado conseguir formular uma opinião pública favorável, pois:

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2000, v 3, p. 95).

Então, para uma classe ser hegemônica ela precisa que sua ideologia seja difundida e absorvida como interesse coletivo. Nesse processo, a imprensa e os intelectuais orgânicos são essenciais para condução desse projeto político-econômico, muitas vezes agindo como um partido. Essas elaborações de Gramsci são de suma importância para analisar o Brasil Contemporâneo, mas aqui o foco principal será o Maranhão.

Dessa forma, as análises contidas neste trabalho ajudam a ampliar as perspectivas históricas sobre o estado do Maranhão, quebrando um eixo antes centrado só no sul e sudeste. A teoria gramsciana nos faz analisar as disputas políticas maranhenses sobre outro viés inovador, pois pensa o estado nacionalmente, não o colocando a margem de momentos históricos importantes do Brasil, como por exemplo, a ditadura empresarial-militar.

CAPÍTULO 2: GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E A ATUAÇÃO POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY NO MARANHÃO

Em 1964 é instaurado um golpe de Estado no Brasil. Este fato incidiu diretamente na dinâmica política, social e econômica. Os estudiosos desse período não têm um consenso quanto aos atores que atuaram na construção do projeto golpista, no golpe e durante o regime autoritário. Há conceituações como golpe e ditadura militar, civil-militar ou empresarial-militar. Por isso, o primeiro tópico tem como objetivo discutir o posicionamento de alguns autores e apresentar qual adotado neste trabalho. Outro momento importante é a eleição de 1965, pois a partir dela José Sarney impulsiona seu crescimento político tanto no âmbito nacional quanto estadual, então o segundo e o terceiro tópico discutem as disputas eleitorais nesse pleito a nível nacional e no Maranhão. Existem alguns fatores que contribuíram significativamente para a ascensão de Sarney, no último tópico serão apresentados, mas haverá a adição de mais um, o jornal O Imparcial, pois esse aparelho privado de hegemonia interferiu na batalha por hegemonia no estado, favorecendo o candidato em questão.

2.1 Discussão Historiográfica do Golpe Empresarial-Militar no Brasil

Neste tópico serão apresentadas algumas interpretações sobre o intenso debate em relação ao golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart, democraticamente eleito. Ao entrar em contato com essas discussões é importante interpretar as entrelinhas de cada trabalho. Ao estudar um fato histórico, é de extrema importância buscar análises de um mesmo acontecimento sob ângulos diferentes. Dessa forma, é possível confrontá-las e ter uma base para escolher qual posicionamento adotar. Após as apresentações das discussões, será discutido qual posicionamento este trabalho toma diante delas.

O autor René Dreifuss através do seu exaustivo trabalho empírico, “1964: A conquista do Estado”, sustenta pautado em uma ampla documentação e orientado teoricamente por Antonio Gramsci, que o golpe de Estado foi um projeto classista e introduz o termo civil-militar para conceituá-lo, ou empresarial-militar para demarcar quais eram esses civis, pois:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários. (DREIFUSS, 1981, p. 417)

Dreifuss analisa sucintamente os aparelhos pertencentes à Sociedade Civil e a fração de classe que estava trabalhando para tornar o seu projeto político hegemônico. Essa fração de classe estava aglutinada no complexo IPES/IBAD²¹ e trabalhava em prol do capital multinacional/nacional (associado)²². Esse complexo era composto por uma fração da classe empresarial e alguns militares. Ele trabalhou arduamente no processo de desestabilização do presidente Goulart e na construção e condução do projeto golpista. Nos governos, de 1964 a 1985, ocuparam cargos de extrema importância, conduziram e organizaram a ossatura material do Estado²³. Além disso, fica claro em sua obra a grande participação dos Estados Unidos, um dos grandes financiadores do IPES.

Outro eixo de explicação é o dos autores denominados como revisionistas. De acordo com Demian Bezerra de Melo (2014), no artigo “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão” presente no livro “A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo”, o trabalho inaugural do revisionismo histórico sobre o golpe de 1964 é o livro da cientista política Argelina Figueiredo (1993), “Democracias ou reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964”. Diferentemente de Dreifuss, a autora explica o golpe como uma resposta à radicalização de João Goulart, essa postura tornou impossível a realização do seu plano de reformas. “Em suma, Figueiredo desloca o foco de sua explicação da direita civil militar, do IPES, da Embaixada dos EUA etc., para co-responsabilizar aqueles que em 1964 foram apeados do poder” (MELO, 2014, p. 161).

Para Argelina Figueiredo à esquerda e a direita não tinham apego ao regime democrático, portanto, ambas tinham pretensões golpistas. Ela criticou a obra de René Dreifuss, o acusando de apresentar os conspiradores como onipotentes e o golpe como inevitável. Ele é analisado dessa maneira, porque a argumentação de Figueiredo é mais

²¹“As sementes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, como também as do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD (...), foram lançadas ao final da administração de Juscelino Kubitschek (...) e durante a presidência de Jânio Quadros, em cujo zelo moralista eles depositavam grandes esperanças. (...) O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais do que o IPES. (...) o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.” (DREIFUSS, p. 162 e 164)

²²No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi privilegiado o setor produtivo de bens de consumo duráveis (Departamento III), ao contrário do governo anterior de Getúlio Vargas que era o setor de bens de produção (Departamento I). Kubitschek abriu a economia brasileira ao capital estrangeiro. De acordo com Sônia Mendonça (1986), as medidas adotadas pelo presidente para atrair o capital estrangeiro obrigaram “o capital nacional a associar-se ao multinacional”. A partir desse modelo político a fração de classe empresarial, participante do golpe de 1964, se constituiu.

²³O Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se pode esgotar no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. (POULANTZAS, 2000, p. 12)

pautada em culpabilizar Goulart e sua “radicalização”, já o autor uruguaio apresenta o projeto golpista como de classe e sustenta muito bem através de sua pesquisa empírica que não é a suposta “incompetência” de Jango a grande causa, mas sim uma coalizão empresarial-militar a qual estava esperando o momento de tomar por assalto o Estado.

Nessa mesma linha de interpretação de Argelina Figueiredo tem-se o autor Jorge Ferreira. Em suas obras, uma grande marca é a posição da direita diante da esquerda em 1964. A primeira é apresentada como sempre reagindo ou mesmo “assustada” diante da radicalização da segunda, e no plano de fundo estaria grande parte da população brasileira assistindo “silenciosa” a esse conflito.

Na coletânea “O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964”, Jorge Ferreira (2003) assina um artigo “O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. No título já percebemos qual posicionamento conceitual é adotado sobre o golpe, ou seja, civil-militar, mas sobre a apresentação de quem eram esses civis fica um vácuo em suas argumentações. A radicalização da esquerda é apresentada como fundamental para entender o golpe. Jango é retratado como isolado em 1964, como a sua política conciliadora não teria dado certo ele se aproximou mais da esquerda. Ferreira apresenta essa política conciliadora representada em dois programas, as Reformas de Base e o Plano Trienal:

Formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento, o plano, segundo análise de Argelina Figueiredo, visava um duplo objetivo: por um lado, obter o apoio político dos grupos conservadores e da opinião pública em momento de transição para o regime presidencialista; e, por outro, procurava ganhar a confiança dos credores externos, sobretudo norte-americano, assegurando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional. As metas principais eram as de combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar reformas, sobretudo no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária. (FERREIRA, 2003, p. 364)

A culpa do Plano Trienal não ter logrado êxito é explicada por Goulart não ter sabido o sustentar diante das esquerdas. Por isso volta-se para as reformas de base, particularmente a agrária. A Lei de Remessas de Lucros é apresentada como uma resposta a uma “[...] demanda histórica antiga das esquerdas brasileiras” (FERREIRA, 2003, p. 369). Toda essa argumentação é uma forma de culpabilizar, principalmente, a classe trabalhadora pela desestabilização do governo de Jango que culminou no golpe Estado.

Reverberando pela mesma linha revisionista está o autor Daniel Aarão Reis. De acordo com Demian Melo (2012), no artigo “Ditadura ‘Civil-Militar’?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do Tempo Presente”, Reis em uma aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, em março de 2010, fez uma auto-crítica em relação a trabalhos anteriores, nos quais usou o termo ditadura militar. Ele passou a adotar o termo civil-militar, pois achou necessário fazer uma análise do apoio da sociedade civil ao golpe e ao período ditatorial²⁴.

Em poucas partes dos seus primeiros trabalhos localizou um apoio da “camada média”, mas com esse tipo de classificação fica subtendido um apoio de toda sociedade civil. É importante frisar que para o autor esse apoio não foi também na condução do golpe, pois teria sido fruto somente da ação dos militares.

Aarão Reis (2001) descreve o golpe em seu artigo, “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”, presente na coletânea, “O populismo e sua história: debate e crítica”, a partir da iniciativa das tropas do General Mourão Filho, na noite de 30 de março de 1964. Essa movimentação foi acompanhada de “muitos telefonemas e articulação de bastidores: a guerra de saliva”. É complicado analisar um processo tão complexo que teve uma organização prévia e a montagem de um projeto classista, como sendo articulado por meros telefonemas.

Após admitir sua visão errônea sobre o golpe e a ditadura terem sido estritamente militares e passar a conceituar como civil-militar, não apontou qual a verdadeira parcela desses civis realmente participou. Quanto ao golpe apresentou as multidões marchando insatisfeitas com as reformas do governo Goulart e com a ameaça do comunismo. E em relação à ditadura “civil-militar” sustentou pautado nos seguintes acontecimentos:

- 1) As marchas com Deus, pela Pátria e Família, organizadas antes (em São Paulo) e depois do golpe de Estado (No Rio de Janeiro, capitais e muitas cidades do país); 2) Votações expressivas no partido de apoio a ditadura – Aliança Renovadora Nacional (Arena); 3) e a suposta popularidade do presidente general Emílio Garrastazu (1969-1974) (MELO, 2014, p. 168).

Para o autor Carlos Fico (2014), em sua obra “Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar”, o golpe iniciou-se contra a vontade daqueles que o tramavam. Em relação aos revisionistas anteriormente citados, Fico alarga mais a apresentação dos atores que participaram das atividades conspiratórias. “Nos últimos dias de

²⁴ Daniel Aarão periodiza o regime ditatorial de 1964 a 1979, pois, considera que com revogação do AI-5 e com a Lei de Anistia, o estado de direito voltou a vigorar.

março intensificaram-se as atividades conspiratórias, envolvendo oficiais-generais, oficiais superiores, governadores, parlamentares e empresários” (FICO, 2014, p. 15). O autor caracteriza o golpe como civil-militar, mas na condução desse episódio os militares teriam se sobressaído frente à atuação dos civis. Segundo ele:

Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo governo, como se verificou nos episódios do Ato Institucional e da escolha do general Castelo Branco para Presidência. (FICO, 2014, p. 38)

Fico caracteriza o golpe como civil-militar e o regime como militar. Mas o trabalho de Dreifuss nos mostra a composição do Estado pós-ditadura, na qual teve cargos-chaves sendo ocupados pela fração de classe empresarial, que trabalhou na construção do projeto golpista em coalizão com a Escola Superior de Guerra (ESG).

Jacob Gorender (1987), autor do livro “O combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada”, analisa os momentos efervescentes da década de 1960, focando principalmente na atuação da esquerda. Gorender não as apresenta negativamente, mas não deixa de apontar seus erros. As esquerdas são apresentadas como organizações heterogêneas que apesar de suas diferentes orientações teóricas, concordavam, em sua maioria, que a conquista do poder deveria ser por meio da revolução.

O autor considera que a direita golpista trabalhava em prol da classe dominante e do imperialismo, com medo de ser abalada pela situação revolucionária nos primeiros meses de 1964. A desestabilização do governo de João Goulart, o golpe e a instauração do regime autoritário são explicados levando em consideração o estágio do capitalismo brasileiro naquele momento e a possibilidade de uma revolução esquerdista levou a uma ação contrarrevolucionária preventiva. Em relação à direita o autor achou o golpe uma ação desnecessária, e quanto à esquerda ele afirma que não houve uma reflexão de suas atitudes e uma melhor percepção do cenário brasileiro.

Outro autor que discute acerca da temática é José Paulo Netto (2014), em sua obra “Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)”, destacando a questão do golpe com “[...] os setores reacionários da sociedade brasileira” (NETTO, 2004, p.17). Além disso, trata a atuação e colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas atuantes no país. O autor configura o regime como reacionário, quer dizer, a articulação do golpe estava hostil à democracia. Netto destaca os interesses imperialistas em prol de resolver a crise econômica do capitalismo brasileiro, dizendo o seguinte:

Na sequência do golpe, as forças vitoriosas (o grande capital, nativo e estrangeiro, e o latifúndio) refuncionalizaram a estrutura do poder estatal de forma a resolver a crise econômica do capitalismo no Brasil à época, de modo a tender aos seus interesses na conjuntura de profundas modificações na divisão internacional do trabalho. (NETTO, 2014, p.78).

Percebe-se no teor da obra de José Paulo Netto que sua perspectiva é tomada sob a ideia do capital financeiro estrangeiro em prol da classe burguesa brasileira para legitimar os projetos hegemônicos na esfera estatal e privada. Quanto à participação das frações de classe civis o autor aponta os empresários e os grandes latifundiários em aliança com os militares e alguns governadores, como Magalhães Pinto (Minas Gerais). Essas frações também tiveram fundamental importância no financiamento de organizações golpistas: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Frente da Juventude Democrática (FJD), Sociedade Brasileira da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e outras organizações similares que desencadearam a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Portanto, o golpe de 1964, associado ao grande capital e aos Estados Unidos, foi fruto de uma coalizão dos militares com frações de classe dominante (o empresariado na liderança).

O historiador Marcos Napolitano (2014), em sua obra intitulada “1964: História do Regime Militar Brasileiro”, discute o período ditatorial desde a derrubada de João Goulart em março de 1964, chamado de “golpe de Estado tramado dentro e fora do país.” (NAPOLITANO, 2014, p.5. No decorrer da obra, Napolitano compõe capítulos descrevendo cada episódio específico no decorrer dos 21 anos de Ditadura. Considera como civil-militar um “carnaval das direitas” (NAPOLITANO, 2014, p.40), o que nos leva a hipótese de um golpe classe. Nas palavras do autor:

Defendendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. *O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira*, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. (NAPOLITANO, 2014, p.9-10.).

Então, para Napolitano, o golpe dava início a uma divisão nos setores da sociedade brasileira, destacando as muitas diferenciações nos setores atuantes da política e economia, o golpe foi “[...] um projeto de tomada do poder [...] complexo, errático e multifacetado” (NAPOLITANO, 2014, p. 53), isso permeou a discussão ao longo do livro. Ele também chama atenção sobre a análise da esquerda:

A historiografia tem afirmado, com certa razão, que os reformistas e as esquerdas em geral não foram meras vítimas da história e de golpistas maquiavélicos. Estes se alimentaram dos erros e indecisões daqueles. Mas os erros políticos e o discurso radical das esquerdas, muitas vezes sem base social real para realizar-se, não devem descobrir um fator essencial. (NAPOLITANO, 2014, p. 53).

Outro tipo de conceituação da ditadura empresarial-militar é Ditadura de Segurança Nacional (SN). Enrique Padrós (2007), em seu artigo “América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado”, analisa a ditadura a partir das premissas da Doutrina de Segurança Nacional, a apresentando como muito importante na montagem das novas engrenagens do Estado. O autor analisa experiências vividas entre as décadas 1960 à 1980 de países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), não especificamente só do Brasil, porém, a conceituação cabe a todos os casos, guardando suas devidas especificidades, como mostra abaixo:

A aplicação das premissas da doutrina destruiu as bases da democracia representativa como o fechamento do Parlamento, o controle sobre o Poder Judiciário, a proibição do funcionamento dos partidos políticos, a imposição generalizada da censura, a violação sistemática dos direitos humanos e uma repressão brutal contra toda a oposição. É importante sublinhar que a DSN esteve presente em todos os regimes ditatoriais do Cone Sul, no referido período, independente da especificidade adquirida em cada país (PADRÓS, p. 46, 2007).

Em seus estudos Padrós dá uma centralidade ao Terror de Estado (TDE)²⁵, mas não o analisa desconectado das demais dimensões da ditadura de SN reafirmando “[...] sua relação intrínseca e subordinada ao processo de internacionalização da economia e de hegemonia do capital internacional e seus associados locais” (PADRÓS, 2007, p. 48).

Na década de 60 e 70 o processo de luta de classes se radicalizou, os setores populares passaram a questionar mais as estruturas políticas, econômicas e sociais. As classes dominantes sentiram a ordem interna desestabilizada e procuraram uma forma de proteger a sua posição dentro da sociedade e reenquadrar os setores sociais altamente mobilizados. Foi criado o discurso da necessidade de proteger a sociedade, sobretudo pautado no “avanço comunista”, em virtude do contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana. Assim, a DSN foi à fundamentação teórica para justificar a edificação de um novo tipo de Estado, em termos políticos e econômicos o autor considera:

²⁵ “[...] o TDE foi uma variante da violência de classe, que nele a imposição da força coercitiva, punitiva ou de ‘ação pedagógica’ do poder do Estado se orientou, fundamentalmente e sistematicamente, a provocar o medo dissuasivo, o que de fato ocorreu, através de meios variados e eficientes como a coerção física, psicológica, econômica” (PADRÓS, 2007, p. 49).

Em termos econômicos, as ditaduras consolidaram, como características gerais, a internacionalização da economia, as aplicações das receitas do FMI e do Banco Mundial, o crescimento do endividamento externo, a concentração de renda e a exploração das “vantagens comparativas” (sobretudo a baixa remuneração e a força de trabalho). Em termos políticos, os objetivos foram muito claros: destruir as organizações revolucionárias; desmobilizar e despolitizar os setores populares; aprofundar a associação com EUA e os aliados internos da região; enquadrar os espaços políticos institucionais [...]; impor uma ordem interna disciplinadora de segurança e estabilidade; esvaziar o pluralismo político e interromper a dinâmica eleitoral (PADRÓS, 2007, p. 45).

A condução do golpe e a ditadura de SN foi fruto de uma coalizão entre as frações da classe burguesa ligadas ao capital nacional/associado e ao capital internacional, e as Forças Armadas. Buscavam legitimar e tornar hegemônico o seu projeto político, alijando os setores sociais mais abastados desse processo. Através da DSN erigiu um Estado mais aberto e vulnerável aos investimentos internacionais, aumentou consideravelmente as contradições de classe e através da TDE deixou imóveis os atores sociais que estavam fora da dinâmica estatal, paralisando a oposição. No caso brasileiro, a última consideração não se aplica, pois a oposição não se manteve silenciosa e paralisada. Veremos o porquê dessa afirmação com a próxima autora a ser trabalhada.

Maria Helena Moreira Alves (1984) faz a sua análise tendo por base a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND)²⁶. A autora afirma que desde o fim do Estado Novo (1946), o sistema de democracia formal vinha sofrendo constantes crises institucionais. Setores antes marginalizados da sociedade (classe trabalhadora e do campesinato) estavam se organizando rapidamente, isso assustou as classes mais altas e pôs em confronto “[...] exigências e interesses irreconciliáveis num sistema de desenvolvimento dependente-capitalista” (ALVES, 19884, p. 22).

Alves considera como civil e militar a conspiração que derrubou o governo de João Goulart, tendo como pano de fundo o desenvolvimento dependente e a associação de interesses nacionais e internacionais específicos. Quanto aos investimentos multinacionais o presidente fez várias restrições.

²⁶A autora adiciona o nome “desenvolvimento” a Doutrina de Segurança Nacional.

“ Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, eu um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado (ALVES, 1984, p. 26).

Com esses interesses “irreconciliáveis” em disputa, a crise intensificou-se e as classes clientelísticas brasileiras foram fundamentais no “[...] desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado” (ALVES, 1984, p. 23). A partir desse contexto:

Que podemos compreender a ideologia da segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 1984, p. 23).

A derrubada do governo constitucional de Jango foi precedida por uma política de desestabilização. O golpe foi fruto de um projeto muito bem orquestrado que envolveu o capital nacional associado-dependente, as corporações multinacionais, o governo norte-americano (através da CIA), militares brasileiros (um grupo de oficiais da ESG). Alves considera que a ESG era que coordenava as iniciativas conspiracionistas tanto dos militares quanto dos civis. Mas, “os membros militares e civis da ESG recorreriam cada vez mais ao complexo IPES/IBAD para desenvolver projetos e traçar planos e diretrizes de políticas governamentais alternativas” (ALVES, 1984, p. 25). Dessa forma, foi criado o complexo IPES/IBAD/ESG.

A DSND, ministrada na ESG, para Alves, forneceu as justificativas para a necessidade da tomada de assalto do Estado e as modificações feitas em suas estruturas, sobretudo para impor o autoritarismo. Então, o Estado pós-golpe de 1964 era de Segurança Nacional, pois a DSND foi importante para perpetuar suas estruturas e propiciar um ambiente facilitador para o desenvolvimento capitalista associado-dependente. A partir dessa sua conclusão, ela analisa a relação dialética entre Estado e Oposição, pois “[...] as estruturas de Estado foram sendo progressivamente erigidas e desenvolveram-se em grande parte por reação às constantes e cambiantes pressões da oposição organizada” (ALVES, 1984, p. 28).

O autor Juremir Silva (2014), em sua obra “1964: Golpe Midiático-Civil-Militar”, conceituou o golpe, como o título demonstra, midiático-civil-militar, pois considera que a imprensa foi o intelectual orgânico do golpe. Seu trabalho foca principalmente no papel da imprensa no processo de desestabilização do governo Jango e na condução da tomada do Estado. No âmbito da sociedade civil, além da imprensa, cita outros setores como o SESI (serviço social da indústria), empresas como a MESBLA (lojas de departamento), CAIO (setor de transporte e Ltda) e a Mercedes Bens, que teriam ajudado o IPES na campanha de desestabilização do governo.

Silva considera que o golpe estava planejado para acontecer 10 anos antes, em 1954, mas o suicídio de Getúlio Vargas impediu. Os atores participantes da derrubada do governo de João Goulart foram à elite conservadora, os Estados Unidos, a imprensa brasileira, com apoio de parte da classe média urbana e do empresariado. “Sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente [...]” (SILVA, 2014, p. 31). O autor considera que sem a criação de consenso feita pela imprensa o golpe não teria legitimidade, pois “[...] o conservadorismo e o golpismo estão no DNA da mídia brasileira. Sempre disfarçados de radical defesa da Constituição, da legalidade e da democracia” (SILVA, 2014, p. 54).

O autor Demian Melo (2012) chama a atenção para o seguinte fato: “As modificações nas estruturas do capitalismo brasileiro no período da ditadura são por demais importantes para que se negligencie o projeto de classe que tomou o aparelho do Estado em 1964” (MELO, 2012, p. 48). O golpe empresarial-militar fez chegar ao poder o projeto dessa fração de classe que tinha a necessidade de controlar as engrenagens do Estado para se manter hegemônica.

O caráter classista do golpe é de suma importância para entender esse contexto e a composição do Estado depois. Por isso, este trabalho adota o termo golpe e ditadura empresarial-militar, demarcando qual foi à fração da classe civil que participou ativamente desse processo. Para a adoção do termo o trabalho que orientou foi o de René Dreifuss, pois:

[...] os empresários e tecno-empresários que ocuparam setores-chaves da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para a derrubada de J. Goulart. Em muitos casos, sócios e empregados de líderes do IPES foram indicados para órgãos administrativos e ministérios. [...] a congruência das reformas administrativas, econômicas e políticas pós-1964 com as propostas de reformas aventadas pelos grupos de Estudo e Doutrina do IPES, que forneceu as diretrizes e a orientação para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração pós-1964 [...]. Os tecno-empresários e empresários puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados (DREIFUSS, 1987, p. 417).

Dreifuss mapeou como a ossatura material do Estado que foi organizada e conduzida principalmente por essa fração da classe civil (tecno-empresários ou empresários), desbancando a hipótese da ditadura ter sido um regime hegemonicamente controlado pelo militares.

2.2 Cenário político nacional nas eleições 1965

Após o golpe empresarial-militar, Ranieri Mazelli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu formalmente o governo²⁷. Em 09 de Abril de 1964 foi instaurado o Ato Institucional Número Um (AI-1)²⁸, com ele foi possível realizar eleições indiretas para presidência da República, sendo formado um colégio eleitoral que escolheu o Marechal Humberto Castelo Branco.²⁹

De acordo com a Constituição de 1946, em 1965 em onze Estados deveriam ser realizadas eleições para governadores:

Segundo a legislação eleitoral da época, haveria eleições em 11 Estados para a escolha de governadores, com mandatos de cinco anos coincidindo com o do Presidente da República. Os onze demais Estados tinham mandatos de quatro anos. As eleições para a escolha nestes coincidiam com as eleições para o Congresso. (ALVES, 1984, p.80)

Segundo Alves (1984), Castelo Branco prometeu cumprir o calendário das eleições numa tentativa de tranquilizar a opinião pública quanto a suas intenções democráticas. O presidente tinha as engrenagens coercitivas do Estado, mas também precisa formar uma opinião pública favorável, então o presidente tinha o discurso de aquele momento ser apenas

²⁷ Com a derrubada do governo João Goulart, assumiu o poder em caráter provisório e dentro da fórmula constitucional o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli. No entanto, os militares passaram a exercer o poder de fato, constituindo uma junta governativa formada pelos ministros militares — o vice-almirante Augusto Rademaker Grünewald, da Marinha, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica, e o general Artur da Costa e Silva, da Guerra. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Atos Institucionais).

²⁸ Composto de 11 artigos, o AI-1 era precedido de um preâmbulo onde se afirmava que, “a revolução, investida no exercício do Poder Constituinte, não procuraria legitimar-se através do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia através daquele ato sua legitimação. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”, o AI-1 determinava em seu artigo 2º que dentro de dois dias seriam realizadas eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República. O mandato presidencial se estenderia até 31 de janeiro de 1966, data em que expiraria a vigência do próprio ato. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Atos Institucionais)

²⁹ Militar, nascido na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, em 20 de setembro de 1897. Estudou no colégio militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada, na Escola de Estado-Maior e na Escola de Aviação Militar. Integrou a Seção de Planejamento e Operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, Foi sub-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), comandante da Escola de Estado-Maior e diretor do departamento de estudos da Escola Superior de Guerra (ESG). Promovido a general-de-exército (1962), foi nomeado comandante do IV exército, em Recife (1962-1963), e designado chefe do Estado-Maior do Exército (1963-1964). Foi um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de abril de 1964. Faleceu no Ceará, em 18 de julho de 1967, em acidente aéreo.

Disponível em: <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Os%20presidentes%20e%20a%20ditadura%20militar.pdf>. Acessado em: 10.06.2016

uma passagem para a democracia ser restabelecida, pois uma das justificativas para a deposição do presidente anterior era o Brasil estar se inclinando ao comunismo. Coerção e o consenso estavam caminhando do mesmo lado, como formula Gramsci, um não é o oposto do outro.

Os militares não tinham opiniões e posicionamentos homogêneos, havia dissidências, e dois grupos tiveram um embate maior no interior das Forças Armadas. Os castelistas, grupo ligado a Castelo Branco, pregavam que aquele era um momento transitório para depois o poder ser entregue aos civis. É importante ressaltar que eles não tinham esse discurso por serem bons, mas sim porque tinham a noção de como era importante o direcionamento político no âmbito da sociedade civil através do consenso. O outro eram os linhas-duras, que afirmavam a necessidade do Estado ser forte para combater a ameaça comunista e era preciso fortalecer os aparelhos repressivos do Estado usando-os para combater qualquer tipo de subversão.

Quando Castelo assumiu o compromisso de manter as eleições de 1965, como estava previsto pela Constituição, os linhas-duras não gostaram, para eles o governo ainda não estava estabilizado para conseguir vitória nos Estados considerados mais importantes. Então pressionavam o presidente para o pleito ser adiado, mas não conseguiram êxito. “Os grupos opositores no interior do Estado negociaram um compromisso: as eleições realizar-se-iam como programado, mas seria promulgada uma lei para impedir a candidatura dos indesejáveis” (ALVES, 1984, p. 86). Com o intuito de eliminar esses candidatos foi confeccionada a Lei das Inelegibilidades, com ela se tornavam inelegíveis:

[...] os ex-ministros de Estado do governo João Goulart, quer civis, quer militares; ex-secretários estaduais e municipais envolvidos em subversão ou corrupção; os presidentes de autarquias ou repartições federais, que tenham sido envolvidos em atividades contrárias ao regime, etc. São também inelegíveis não podendo ser candidatos a prefeitos, os parentes consanguíneos e afins, até o segundo grau dos presidentes e vice-presidentes da República, dos governadores e vice-governadores, dos prefeitos e vice-prefeitos municipais (O Imparcial, 10 de julho de 1965, p. 1).

O jornal O Imparcial, aliado da ditadura empresarial-militar, traz uma síntese do que o presidente queria para as eleições, pelo menos teoricamente:

Eleições limpas, autênticas, sem os vícios do passado, sem os processos de fraude que violentam a vontade popular e, sobretudo com candidatos conduzindo a campanha em nível elevado, desprezando a linguagem desabrida e as retaliações pessoais – eis os pontos básicos preconizados pelo Presidente da República para o pleito de outubro nos onze Estados cujos governadores terminam seus mandatos em janeiro vindouro, e para cuja

concretização irá pedir a ajuda da Justiça Eleitoral. O chefe do Governo nos últimos contatos que manteve com parlamentares de diversos partidos reafirmou o seu propósito de não interferir politicamente em nenhum destes Estados, mas insistiu que a luta sucessória tanto quanto possível seja travada entre candidatos identificados com a Revolução. (O Imparcial, 20 de julho de 1965, p. 1)

O governo conseguiu tirar da concorrência alguns candidatos. As eleições ocorreram em 03 de outubro de 1965 nos seguintes Estados: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. A oposição ganhou em quatro Estados fortes: Santa Catarina, Mato Grosso, Guanabara e Minas Gerais. Os candidatos vencedores dos dois últimos para tomar posse precisaram fazer um acordo. O governo federal teria o direito de indicar os secretários de Segurança Pública, ou seja, o poder coercitivo (a força)³⁰ não ficaria nas mãos dos governadores, porque eles representavam um perigo para a ditadura empresarial-militar, pois com a força policial nas mãos, ajudaram na desestabilização do governo de Jango e na condução da tomada de assalto do Estado³¹. Em hipótese alguma o governo empresarial-militar queria que se voltasse contra ele.

Veja abaixo o resultado das eleições de 1965 nos onze estados, com a quantidade de votos dos candidatos eleitos, depois será apresentado um gráfico para melhor visualização do desempenho dos vencedores de cada estado:

Gráfico 1: Resultado das Eleições de 1965

Estado / Candidato eleito/ Partido	Eleitorado	Votantes	Votação obtida pelo candidato eleito
Minas Gerais/ Israel Pinheiro da Silva (PSD)	2.718.792	1.880.694	937.555
Guanabara/ Francisco Negrão de Lima (PSD/PTB)	1.367.456	1.176.014	582.026
Paraná/ Paulo Pimentel (PTN)	1.437.801	1.016.572	518.971

³⁰Lembrando, como já foi ressaltado no primeiro capítulo, que poder coercitivo não é somente a força, mas todas as decisões tomadas na sociedade política as quais somos obrigados a aceitar. No caso da escolha do Secretário de Segurança, o Governo Federal valeu-se do seu poder coercitivo para obrigar os governadores eleitos a fazer esse acordo, a partir disso eles teriam o poder sobre a “força” (caracterizada na polícia) desses estados.

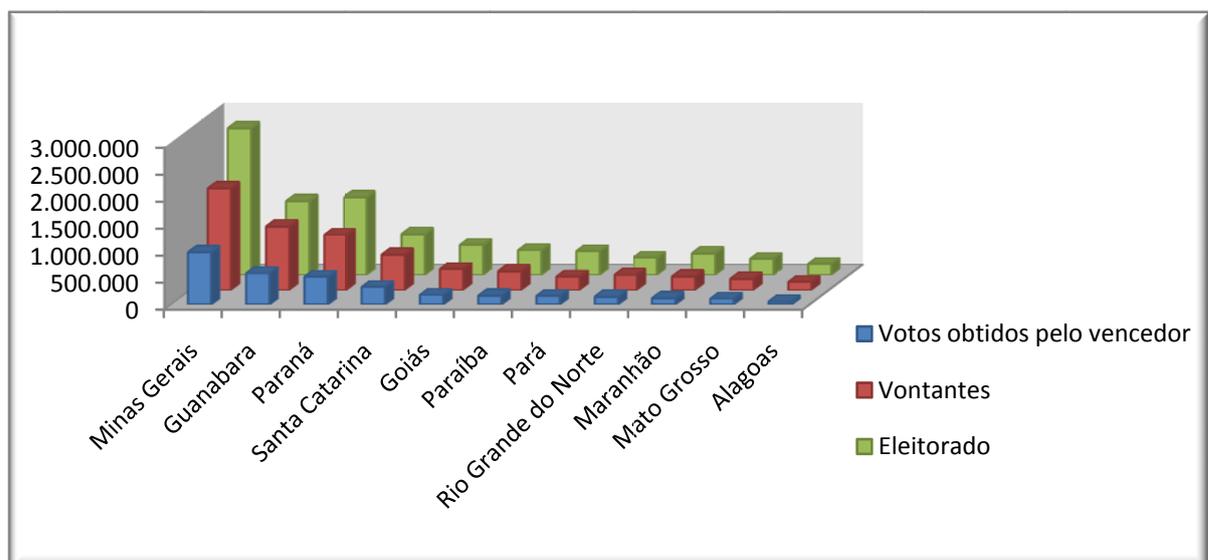
³¹Esse apoio veio através de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, o primeiro governador de Minas Gerais e o segundo da Guanabara.

Santa Catarina/ Ivo Silveira (PSD/PTB)	755.239	651.320	328.480
Goiás/ Otávio Lage de Siqueira (UDN/PTB/PDC)	554.466	384.351	180.962
Paraíba/ João Agripino (PDC/UDN)	456.938	344.997	168.712
Pará/ Alacid da Silva Nunes (UDN/PTB/PTN/PDC/PR)	440.837	244.381	163.527
Rio Grande do Norte/ Mons. Walfredo Gurgel (PSD)	321.014	281.125	151.349
Maranhão/ José Sarney (UDN/PSP/PTN)	401.153	247.156	121.062
Mato Grosso/ Pedro Pedrossian (PSD)	297.689	203.649	109.905
Alagoas/ Sebastião Marinho Muniz Falcão(PSP)	203.040	143.967	59.338

Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados. Série Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais. Disponível em www.bd.camara.leg.br

Elaboração própria

Gráfico 1: Desempenho dos candidatos vencedores em cada Estado



Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados. Série Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais.

Disponível em www.bd.camara.leg.br

Elaboração própria

Com a tabela e o gráfico, que apresentam o desempenho dos candidatos eleitos, é possível perceber que o desempenho da oposição foi superior ao dos aliados do Governo Federal. Nos estados mais populosos, com exceção do Paraná, obteve maior votação. Nessa eleição, 6.574.226 brasileiros foram às urnas, a oposição (PSD/PTB) obteve ao todo 2.109.315 votos (33%), enquanto os partidos (UDN/PTB/PDC/PTN/PSP/PR) apoiados pela Presidência da República obtiveram 1.212.572 votos (18%). Esse resultado significou que:

Embora os candidatos do governo ganhassem na maioria dos Estados, a vitória nesses casos era menos significativa, em termos políticos, por se tratar de Estados rurais em que os votos são tradicionalmente controlados por caciques locais. [...] Desenvolveu-se um sistema conhecido como ‘currel eleitoral’, pelo qual os camponeses recebem transporte até os locais da votação, refeição gratuita e transporte de volta. Em certos casos, podem até negociar o preço de seus votos. Desse modo tem ido mais fácil para os políticos conservadores locais, que detém virtual monopólio do poder em determinada região, manter sob controle os Estados rurais. O recurso a padrões clientelísticos de votação nos Estados rurais, por parte do Estado de Segurança Nacional, estabeleceu-se como modelo nas eleições de 1965, tornando-se mais pronunciado com o passar dos anos. Os Estados industrializados, especialmente as capitais de Estados e as cidades com mais de 100.000 habitantes, tem se constituído em baluartes da oposição (ALVES, 1984, p. 88 e 89)

2.3 As disputas eleitorais em 1965 no Maranhão

O Maranhão foi controlado durante duas décadas (1946/1965) por Vitorino Freire³², o vitorinismo³³, mas no final dos anos 1950 o seu poder começou a diminuir e outra figura

³² Vitorino de Brito Freire nasceu na fazenda Laje da Raposa, em Pedra (PE), no dia 28 de novembro de 1908. Vitorino Freire exercia esse cargo quando, em 18 de julho de 1934, foi nomeado secretário do interventor federal no Maranhão, o capitão Antônio Martins de Almeida, que havia conhecido durante a Revolução Constitucionalista. Durante a gestão desse interventor (29/3/1933 a 22/7/1935) ocorreram várias violências policiais em São Luís contra seus adversários políticos. A Associação Comercial da cidade chegou a decretar uma greve do comércio em represália à prisão de seus diretores no quartel da Força Pública. Segundo seus adversários, Vitorino passou nesse momento a comandar um bando denominado “Papai Noel”, especializado em surrar os opositores do governo. Vinculando-se ao Partido Social Democrático (PSD), do Maranhão, na época uma agremiação de âmbito estadual, Vitorino foi incumbido de organizá-lo para as eleições estaduais de 1935. Nas eleições de outubro de 1962, Vitorino reelegeu-se senador pelo Maranhão na legenda do PSD, passando a exercer a liderança desse partido no Senado. Em 1963 e 1964, foi vice-líder da maioria e em 1965 exerceria de novo a liderança do PSD. Vitorino Freire apoiou o movimento político-militar que depôs João Goulart em 31 de março de 1964, estreitando relações com os chefes militares, entre os quais o general Humberto Castelo Branco e o general Ernesto Geisel. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Vitorino Freire)

³³ O vitorinismo foi um coronelismo, por propender sempre a controlar o poder político por meio do exercício de um mandonismo sobre as formas superestruturais do sistema de poder do Estado. De suas formas de ação, excluía-se a propensão para a dominação econômica. Nesse caso (no plano do Estado), essa dominação se

política emergiu nesse cenário, José Sarney³⁴. Em 1954, ele deixa de ser Chefe de Gabinete do então Governador Eugenio Barros para entrar efetivamente na vida política. Vincula-se inicialmente ao grupo de Vitorino, assumindo o cargo de deputado federal pelo PSD (Partido Social Democrático) em 1955³⁵, porém, as bandeiras defendidas por Sarney divergiam do grupo ao qual fazia parte, porque:

Embora tenha sido eleito deputado federal pelo mesmo PSD de Vitorino Freire, os primeiros anos da atuação de Sarney na Câmara Federal foram marcados pela defesa de duas principais bandeiras: a necessidade da ampliação da liberação de recursos para o Maranhão como forma de promoção da modernização do estado e pelo embate direto com o vitorinismo. A passagem pelo PSD, assim, é curta. Pouco tempo depois, o então deputado muda de partido pela primeira vez. Em oposição direta a Vitorino Freire, Sarney saiu do PSD, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e presidiu seu diretório regional até o ano de 1965 quando se deu, através do Ato Institucional n° 2 (A.I.2) o estabelecimento do bipartidarismo (PICCOLO, 2016, p. 72).

Em 1958 migra para UDN (União Democrática Nacional), a qual fazia parte das “Oposições Coligadas”³⁶, e é eleito deputado federal pela primeira vez com 17.189 votos, de acordo com Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. No ano de 1959 assume o cargo e adere a Frente Parlamentar Nacional³⁷, de acordo com Piccolo (2016), as propostas

processava de forma indireta, ou seja, por meio do apoio que dispensava às suas bases de sustentação, pela concessão de garantias específicas. No plano político propriamente dito – esfera exclusiva do interesse do vitorinismo –, sua ação se centrava no controle dos partidos políticos e das sub-lideranças políticas com ele identificadas, que, juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do *vitorinismo*, o qual foi, portanto, um coronelismo por ter se vinculado, embora indiretamente, à existência de outro elemento que assegura a forma do coronelismo: a propriedade privada (CALDEIRA apud PEREIRA, 2008, p. 33).

³⁴ José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro - Maranhão, no dia 24 de abril de 1930, filho do desembargador Sarney de Araújo Costa e D. Kyola Ferreira de Araújo Costa. Seu pai foi membro do Tribunal de Justiça do Maranhão, inicialmente como promotor público, depois juiz, com andanças em quase todas as comarcas do interior maranhense. Com isso, o filho que acompanhava o pai, estudou as primeiras letras no Colégio Mota Junior, na cidade de São Bento, e no Colégio de Professor Joca Rego, na cidade de Santo Antonio de Balsas. Aos 12 anos de idade, em janeiro de 1942, vindo de São Bento, chegou a São Luís para prestar exame de admissão no Liceu Maranhense, sendo aprovado em primeiro lugar. Dois anos mais tarde, quando tinha 14 anos, José Ribamar começou a sua carreira política, candidatando-se a presidente do Centro Liceísta. Saiu vencedor. No Centro Liceísta, além da militância política estudantil, iniciava a sua atividade jornalística, editando o jornal “O Liceu”.

Disponível em: www.ufrgs.br/.../a%20trajetoria%20comunicacional%20de%20jose%20sarney.doc. Acessado em 10.06.2016

³⁵ Nas eleições de 1954 Sarney candidatou-se a deputado federal, mas não ganhou, ficando na segunda suplência. Em 1955 assumiu o posto.

³⁶ No Maranhão foi constituída por estes partidos: UDN, PSP, PR, PDC, PTN, PRP. Faziam oposição ao vitorinismo.

³⁷ Grupo que nas legislaturas entre 1956 e 1964 reuniu deputados de vários partidos políticos comprometidos em defender no Congresso Nacional políticas e soluções nacionalistas para os problemas do desenvolvimento brasileiro. Apresentava como itens fundamentais de seu programa 1) revisão dos tratados, acordos ou convênios contrários aos interesses nacionais; 2) estímulo à criação de indústria de base; 3) intervenção do Estado sempre que for necessário para acelerar o processo de desenvolvimento do país; 4) amparo às indústrias novas e fomento da produção dos alimentos, que representa poupança de divisas; 5) defesa do sistema legal que dê ao Estado o

defendidas por este grupo tornaram-se as principais bandeiras da plataforma de Sarney nas eleições estaduais de 1965.

As “Oposições Coligadas” conseguiram obter o apoio de diversos segmentos populares ainda na década de 1950, um exemplo foi à eclosão da Greve de 1951³⁸. A oposição sustentou e foi sustentada da insatisfação desses grupos com a configuração política naquele momento. “Em São Luis, crescia a mobilização de estudantes, trabalhadores, intelectuais em torno das bandeiras nacionalistas e reformistas (as ‘Reformas de Base’) que empolgava o país às vésperas do golpe de 1964” (COSTA, 1997, p.4).

Em 1959 Sarney assumiu a vice-liderança da UDN na Câmara e também começou a fazer parte do movimento chamado “Bossa Nova”. Esse grupo apoiava politicamente as propostas reformistas de Jango, dessa forma o político maranhense também vai aproximou-se do presidente e como pode se subtender da notícia apresentada abaixo, obterá o seu apoio:

O deputado José Sarney almoçou em Petrópolis na companhia do presidente João Goulart, conferenciando demoradamente sobre assuntos maranhenses. O candidato opositor ao governo do Maranhão ficou satisfeito com os resultados da conferência (O Imparcial, 10 de fevereiro de 1964, p. 1).

Pereira (2008) chama atenção para habilidade de José Sarney em transitar e aliar-se a diferentes governos, o autor chama essa capacidade de mutabilidade de “arte do mimetismo”³⁹. Isto posto, é fácil compreender o porquê da destituição de João Goulart e o

controle da exploração de nossas riquezas e recursos naturais básicos; 6) disciplina e definição do conceito de justa remuneração dos capitais estrangeiros aplicados no país, vedado o retorno dos lucros excessivos; 7) nacionalização das agências de publicidade; 8) combate aos monopólios privados, principalmente os que resultem da ação do capital alienígena; 9) elaboração de leis que melhorem as condições de trabalho nas fábricas e nos campos; que promovam a reforma e que reestruturem o nosso sistema bancário e as organizações de seguro, impondo-lhes características nitidamente nacionais; 10) luta incessante contra o pauperismo pela recuperação econômico-social das populações marginais e das regiões subdesenvolvidas do Brasil inclusive pela adoção de melhor distribuição de rendas aos municípios; 11) esforço amplo no sentido de amparar e defender o patrimônio cultural brasileiro de forma a ressaltar os seus valores históricos e tradicionais. (DHBB. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, verbete Frente Parlamentar Nacionalista).

³⁸ “A greve de 1951 foi uma revolta popular articulada pela oposição contra a posse do governador Eugênio Barros, ligado a Victorino e eleito com base na fraude. Em dois momentos, a cidade de São Luís ficou completamente paralisada numa greve geral de caráter político, nos meses de fevereiro (cerca de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias). A greve teve tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de 3 a 4 mil pessoas, alcançando até 20 mil pessoas no enterro do líder da oposição, Saturnino Belo (o qual teria morrido por “desgosto” com a fraude eleitoral). Isto, numa São Luís com apenas 120 mil habitantes” (COSTA, 1997, p. 4).

³⁹Baseando-se em Walter Rodrigues (1995), o autor explica: “Até mesmo quem vive e acompanha de perto o exgovernador admite sua grande capacidade de servir a dois senhores ao mesmo tempo e de pôr-se em condições de confundir ambos. Quando sobreveio o golpe de 64, por exemplo, ele velejava na ala da progressista UDN, mais conhecida como “Bossa Nova”. Todos os bossanovistas foram cassados, menos ele, que não só escapou à guilhotina como se tornou o invencível candidato do novo regime ao governo do Maranhão. Quatro anos depois, na tarde de 13 dezembro de 1968, o AI-5 o surpreendeu digerindo um maldito banquete oferecido poucas horas antes ao ex-presidente cassado Juscelino Kubitschek, a quem tratara de “meu presidente”. Quase perdeu o mandato, mas quem antecipou a festa gastou à toa: duas ou três cambalhotas depois, lá está ele em uma reunião

golpe empresarial-militar, em 1964, não ter representado um enfraquecimento político do até então bossanovista maranhense.

O udenista apresentava-se como a possibilidade do “novo” para o Maranhão. Em seus discursos caracterizava o vitorinismo como velho e arcaico, só trazia o atraso para o estado. A partir dessa dicotomia entre “velho” e “novo”, começou a alicerçar o discurso que criou o slogan do “Maranhão Novo”⁴⁰, que foi muito explorado em sua campanha (1965) e governo (1966-1969). Fazendo referencia a Caldeira (1978), Pereira explica:

[...] de um lado, enquanto o vitorinismo significou a manutenção de uma ordem estável da sociedade, por meio de sua estagnação econômica, social, política e cultural típica do coronelismo, do outro, o sarneísmo inclinou-se em oposição ao seu antecessor a se tornar sua antítese, por meio de um discurso de modificação da sociedade do Estado, pela implementação de alguns de seus setores, com vistas a alterar seu perfil, modernizando-a, mas ressalta-se que as práticas políticas são semelhantes às de seu antecessor, forjando um hibridismo político [...] (PEREIRA, 2008, p.26).

A partir de sua eleição em 1958, José Sarney destaca-se no cenário político maranhense, estava dando os primeiros passos para sua ascensão como principal liderança política do estado. A vitória nas eleições de 1965 foi fundamental para aumentar o seu prestígio e poder. Para conseguir chegar ao cargo de governador alguns apoios foram fundamentais. A sua candidatura foi lançada oficialmente em 27 de março de 1964, porém, segundo D’Elboux, ele a articulava desde 1963 e estabeleceu metas para atingir, como demonstra abaixo:

Depois dessa articulação inicial, Sarney tinha outras metas a serem atingidas, visando ser o candidato único das oposições. A primeira meta era quebrar a resistência do PSP ao seu nome, a segunda era convencer o deputado Neiva Moreira a abrir mão de sua candidatura a seu favor e a terceira meta, talvez a mais importante, era lutar para que a Justiça Eleitoral providenciasse um recadastramento eleitoral, para que a vontade do povo fosse respeitada no Maranhão, afastando dessa forma os eleitores fantasmas, que existiam em grande quantidade⁴¹.

Logo após o golpe empresarial-militar, começou a repressão e importantes lideranças locais foram alijadas do cenário político. Através desses mecanismos coercitivos, Neiva

oficial, saudando o general Costa e Silva em nome dos governadores “revolucionários”, enquanto o “meu presidente” aguardava o exílio na cadeia. Assim foi indo, virou presidente da ARENA, depois presidente do PDS, depois presidente da República, presidente do Senado. Hoje é uma espécie de conselheiro do presidente Luís Inácio Lula da Silva” (PEREIRA, 2008, p. 32).

⁴⁰Apresentava-se como a possibilidade de um novo Maranhão, ao qual se soltaria dos tentáculos do vitorinismo, e começaria a progredir no âmbito da política, da economia e da sociedade.

⁴¹Disponível em: www.ufrgs.br/.../a%20trajetoria%20comunicacional%20de%20jose%20sarney.doc. Acessado em 10.06.2016

Moreira⁹, principal liderança da oposição, saiu de cena. Assim, o caminho de Sarney foi facilitado e ele ascendeu como principal liderança.

As estruturas do vitorinismo estavam cada vez mais deterioradas, com essa desestabilização as dissidências ficaram maiores, principalmente quando os seus dois membros principais, Newton Bello⁴² e Vitorino Freire apoiaram candidatos diferentes para as eleições de 1965, o primeiro apoiou Costa Rodrigues⁴³ (PTN) e o segundo Renato Archer⁴⁴ (PTB). Em um depoimento em 1977, Archer revelou que a divisão do PSD foi por pressão de Castelo Branco e a vitória de Sarney já era quase certa:

Acredito que, mesmo que não tivesse havido a pressão do Governo Federal, Sarney ganharia a eleição. O PSD se dividiu em duas candidaturas, por pressão pessoal do Marechal Castelo Branco [...] Muito antes do surgimento das candidaturas Costa Cavalcante (porta-voz desse grupo militar que

⁴² Em 1960, Newton Belo elegeu-se governador do Maranhão, derrotando Clodomir Millet, e, deixando a Câmara dos Deputados, assumiu o cargo em janeiro de 1961. Nas eleições seguintes para o governo estadual, realizadas em 3 de outubro de 1965, apoiou inicialmente o candidato do PSD, Renato Archer, que era apoiado por Vitorino Freire e concorria com Antônio Eusébio da Costa Rodrigues, da legenda do Partido Democrata Cristão (PDC), e com José Sarney, da legenda da União Democrática Nacional (UDN), ostensivamente apoiado pelo governo do presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967). Devido a pressões do governo federal, Newton Belo passou a apoiar Costa Rodrigues. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Newton Bello).

⁴³ Antônio Eusébio da Costa Rodrigues nasceu em São Luís no dia 29 de maio de 1915. No pleito de outubro de 1950 candidatou-se a deputado federal por seu estado na legenda do Partido Social Trabalhista (PST) e obteve a primeira suplência. Já nas eleições suplementares realizadas no Maranhão em setembro do ano seguinte, conseguiu eleger-se deputado federal, exercendo seu mandato de outubro de 1951 a fevereiro de 1952, de novembro deste último ano a dezembro de 1953 e novamente a partir de janeiro de 1954. Em outubro deste último ano reelegeu-se deputado federal pelo Maranhão, dessa vez na legenda do Partido Social Democrático (PSD), e, em janeiro de 1959, deixou definitivamente a Câmara. Nas eleições de outubro de 1965 concorreu ao governo do Maranhão na legenda do Partido Democrata Cristão (PDC), apoiado pelo então governador Newton Belo (1961-1965), mas foi derrotado pela chapa encabeçada por José Sarney. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Antônio Euzébio da Costa Rodrigues)

⁴⁴ Renato Bayma Archer da Silva nasceu em São Luís no dia 10 de julho de 1922. Com a queda do Estado Novo (1937-1945) e o conseqüente processo de redemocratização, Renato Archer valeu-se dos laços familiares para ingressar na vida política. Promovido a primeiro-tenente em setembro de 1946, encontrava-se a bordo do contratorpedeiro Babitonga quando foi chamado ao gabinete do presidente Eurico Gaspar Dutra. Nas eleições de outubro de 1954 Archer elegeu-se deputado federal pelo Maranhão na legenda do PSD, e em fevereiro de 1955 iniciou seu mandato. Em abril, embora permanecesse licenciado do serviço ativo, foi promovido a capitão-de-corveta. Na Câmara dos Deputados, junto com outros parlamentares como Ulisses Guimarães, João Pacheco Chaves, Antônio de Oliveira Brito, Tarcilo Vieira de Melo, José Joffily, Leoberto Leal, Nestor Jost e Cid Carvalho, formou a chamada Ala Moça do PSD. Identificado com a candidatura de Juscelino Kubitschek às eleições presidenciais de outubro de 1955, o grupo contribuiu efetivamente para sustentá-la frente às tentativas de veto formuladas por outros setores do partido. Nas eleições de outubro de 1958 Renato Archer reelegeu-se deputado federal pelo Maranhão, sempre na legenda do PSD. Em janeiro de 1961 foi transferido para a reserva remunerada, promovido a capitão-de-fragata. O regime de exceção trouxe dificuldades à carreira política de Archer, principalmente em virtude de sua posição contrária aos atos de força que permitiram a cassação de mandatos parlamentares. Sua primeira grande derrota política, ocorrida em outubro de 1965, quando foi candidato ao governo do Maranhão, resultou sobretudo da pressão do governo federal. O presidente Humberto Castelo Branco, empenhado na vitória do candidato udenista José Sarney, influenciou o governador Newton Belo, do PSD, no sentido de retirar seu apoio à candidatura de Archer. Sem ter sua candidatura registrada, embora confirmada pela convenção regional pessedista, Archer lançou-se pelo PTB com o apoio de Cid Carvalho, presidente do diretório estadual do partido. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Renato Archer).

ascendeu em 1964) me dizia, na Câmara: ‘Você não pode ser candidato do Governo do Estado. Você pode candidatar-se ao que quiser, menos a governador’. Os governadores deveriam ser, segundo eles, pessoas ligadas ao sistema – ao então nascente sistema que iria imperar durante tanto tempo.⁴⁵

Enquanto o vitorinismo cindia, Sarney aproximava-se do novo presidente, o general Castelo Branco, que acreditava precisar intervir na eleição maranhense como uma forma de moralizá-la, ou seja, extirpar os métodos vitorinistas usados para dominar a política local, pelo menos aos olhos da população. O trecho abaixo demonstra essa intenção:

O Maranhão seria o grande campo experimental para a Revolução: campo para uma ação moralizadora; campo para mostrar até que ponto desceu a coisa pública nesse país e campo para fazer funcionar as potencialidades de um Estado rico que paradoxalmente só tem servido para manter o povo pobre e abandonado (O IMPARCIAL, 08 de dezembro de 1964, p. 1).

Castelo Branco, possivelmente, viu em Sarney a possibilidade de integrar o Maranhão aos interesses políticos e econômicos da ditadura empresarial-militar, ou seja, em 1964 chegou um novo projeto político-econômico ao Governo Federal, e a fração de classe que o representava precisava barganhar o maior número de aliados possíveis para consolidar sua hegemonia e nacionalizar seu projeto. Dessa forma, o presidente apóia a campanha do candidato e posteriormente o seu governo.

Esse apoio materializou-se através da revisão eleitoral, convocação de tropas do exército, garantindo que tudo ocorreria “bem”. “Incidu diretamente sobre as engrenagens políticas locais, contribuindo decisivamente para que as forças oposicionistas se aglutinassem em torno de Sarney”. (PICCOLO, 2015, p. 81)

2.4 A importância do jornal O Imparcial na campanha de José Sarney em 1965

O jornal O Imparcial apoiou o golpe empresarial-militar em 1964, orientado pelo intelectual orgânico Assis Chateaubriand, seu dono. “Ao lado do governador de São Paulo, Ademar de Barros, organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 19 de março de 1964, prenúncio do golpe” (LAURENZA, 2012, p. 180).

Em 27 de Março de 1964 foi lançada oficialmente a candidatura ao governo do estado de José Sarney. A partir de então o jornal O Imparcial começou a construir positivamente a

⁴⁵ARCHER, Renato. Renato Archer (depoimento 1977-78) apud BONFIM, 1982, p. 49.

figura do candidato, o colocando como a única possibilidade de “salvação” do Maranhão. Em entrevista a esse jornal, ele apresentou sua candidatura:

Minha candidatura ao Governo do Estado do Maranhão não me pertence e sim às forças políticas que no Estado, estão aglutinadas em torno do meu nome e dentre as quais não posso deixar de pôr em evidência o poderoso movimento popular em que ela se inspirou. Os políticos têm que ser sensíveis às tendências do eleitorado e eu não estaria á altura do meu mandato e da minha posição política no Maranhão se recusasse o dever de lutar. As ameaças e os “cercos” não me intimidam: tenho dado provas de que sou capaz de reagir. O governo já tentou várias [vezes] isso e não conseguiu. Para mim o que é mais importante é a derrota do governo e dentro desse raciocínio acho que minha candidatura facilita a vitória. Ocupo o primeiro lugar na cédula única para o pleito de 65 o que constitui fato inédito com um candidato oposicionista ao governo do Estado. Quando o glorioso Partido Republicano registrou minha candidatura nenhum companheiro oposicionista pleiteava ser candidato. Acho que já está ficando tarde a solução de nosso esquema de luta. O governo já tem o seu candidato. (...) O essencial é que essa demora não pareça ao povo um jogo de cartas marcadas para favorecer o PSD (...) Espero e preciso contar com todos os Partidos de Oposição para iniciarmos de uma vez a luta. Esse também é o desejo que o povo maranhense que, sendo invencível, vai permitir que eu, sob a proteção de Deus, realize, a partir de 65, um governo sob a égide do trinômio: Paz, Probidade e Trabalho (O Imparcial, 27 de março de 1964, p. 1)

Esse aparelho privado de hegemonia, através de seus intelectuais orgânicos, trabalhou incansavelmente no direcionamento político de seus leitores para que em outubro de 1965 Sarney pudesse chegar ao Executivo Estadual. O Imparcial se impôs como uma força política nesse processo, pois estava em uma batalha para conquistar seu público e manipular suas consciências⁴⁶, para isso precisava de um discurso convincente. A população queria romper com o velho esquema político vigente, então o jornal trouxe José Sarney como a esperança para salvação do Estado. Como mostra a reportagem feita pelo jornal do deputado padre Godinho, intitulada “*Com Sarney Maranhão deixará de ser capitaneada por corruptos*”:

- O Maranhão - afirmou, precisa de mocidade. E é bom dizer que mocidade não sugere inexperiência. Sarney é moço sim, mas possui maturidade. Maturidade política maturidade humana. Possui clarividência necessária para ver que tudo está errado no Maranhão. Com Sarney, o Maranhão deixará de ser a grande senzala dos senhores feudais embrutecidos no crime na corrupção e no enriquecimento ilícito. A grande vassourada vai ser dada por Sarney, por delegação expressa do povo maranhense que nele votará maciçamente a 3 de outubro (O Imparcial, 21 de setembro de 1965, p. 1).

⁴⁶ Esta análise está pautada nas considerações de Capelato (1988) sobre imprensa. Para maiores informações ver primeiro capítulo.

O PSD não lançou um candidato, nem chegou a realizar sua convenção. O vitorinismo estava em decadência. Assim, suas duas importantes lideranças apoiaram candidaturas diferentes. O imparcial aproveitou essa crise para mostrar a instabilidade desse grupo político, principalmente após o anúncio oficial, feito em 02 de julho de 1965, no qual Vitorino Freire rompe com Newton Bello. Veja abaixo:

Embora já esperado, o rompimento do senador Vitorino Freire causou tremendo impacto no meio pessedista. Entre os poucos convencioneiros do Partido, que ainda se encontram em São Luís (mais de setenta já regressaram ao interior deixando procuração), reinava desânimo e estupefação. Ninguém entendia nada nem queria pronunciar-se sobre os acontecimentos que levaram o PSD maranhense ao esfacelamento, depois de uma luta invicta de cerca de 20 anos. (O Imparcial, 03 de julho de 1965, p.1).

Durante todo o mês de julho o jornal trouxe várias reportagens explorando a queda de braço entre Vitorino e Newton. Para acirrar mais essa disputa, em 16 de julho:

O Diretório do PSD por unanimidade; decretou; hoje, intervenção no Diretório Regional do Partido no Maranhão; destituindo da presidência do mesmo o Governador Newton de Barros Bello. O pedido de intervenção foi feito pelo Senador Vitorino Freire de demais componentes da bancada do PSD no Maranhão no Congresso; que acabam de romper com o senhor Newton Bello; responsável pela crise que atravessa o Partido no Maranhão em razão da escolha do Sr. Antônio Euzébio Costa Rodrigues (O Imparcial, 17 de julho de 1965, p. 1).

Newton Bello enfraqueceu Vitorino Freire no interior do estado, mas Freire tinha mais força no plano nacional, conseguindo a destituição do governador da presidência estadual do partido. Ao explorar tanto a luta entre os dois, o jornal estava mostrando como era necessária uma nova alternativa para o Maranhão, uma outra possibilidade que não seriam os candidatos apoiados por eles, pois precisava-se de uma nova condução política.

Castelo Branco usou os meios coercitivos da sociedade política para ajudar Sarney, mas como só esses meios não são eficazes para haver direcionamento político, era preciso também organizar a vontade coletiva (consenso) dentro da sociedade civil. Os intelectuais orgânicos do Imparcial usaram várias estratégias para lograr êxito em seus objetivos. Trouxeram reportagens de políticos locais e nacionais apoiando o candidato, matérias de capa com títulos tendenciosos o enaltecendo e a veiculação de duas imagens a partir de julho de 1965.

O jornal torna-se uma eficaz arma de persuasão porque escolheu cuidadosamente os recursos que o constituirá, de uma forma que chegue de forma clara e impactante as notícias ao seu público. “Quanto à apresentação do jornal, cabe dizer ainda que a técnica e o conteúdo

do título são muito importantes [...]. Na primeira página concentram-se todos os recursos persuasivos de propaganda da mercadoria” (CAPELATO, 1988, p. 17). E o Imparcial utilizou-se dessas técnicas para alcançar seus objetivos, ou seja, para direcionar politicamente a sociedade maranhense e também para ter atrativos que o torna-se mais comprável.

A partir de julho de 1965 até outubro foi veiculada as duas imagens, citadas anteriormente, as quais ratificavam o apoio ao candidato. De acordo com Piccolo (2016), o jornal o apresentava através de uma perspectiva messiânica. Vejam elas abaixo:

Imagem 1: Propaganda de José Sarney 1



Fonte: Jornal O Imparcial, 1965.

Imagem 2: Propaganda de José Sarney 2



Fonte: Jornal O Imparcial, 1965.

A sua campanha foi acompanhada passo a passo pelo periódico, que sempre mostrava Sarney e seu vice sendo bem recebidos por onde passavam, tanto na cidade quanto no interior. E os títulos das matérias sempre mostravam sua campanha como bem sucedida o colocando como aclamado, ovacionado pelo povo, como mostra a matéria da manchete *“Multidão incalculável carregou ontem Sarney em triunfo através das ruas e praças de São Luis”*:

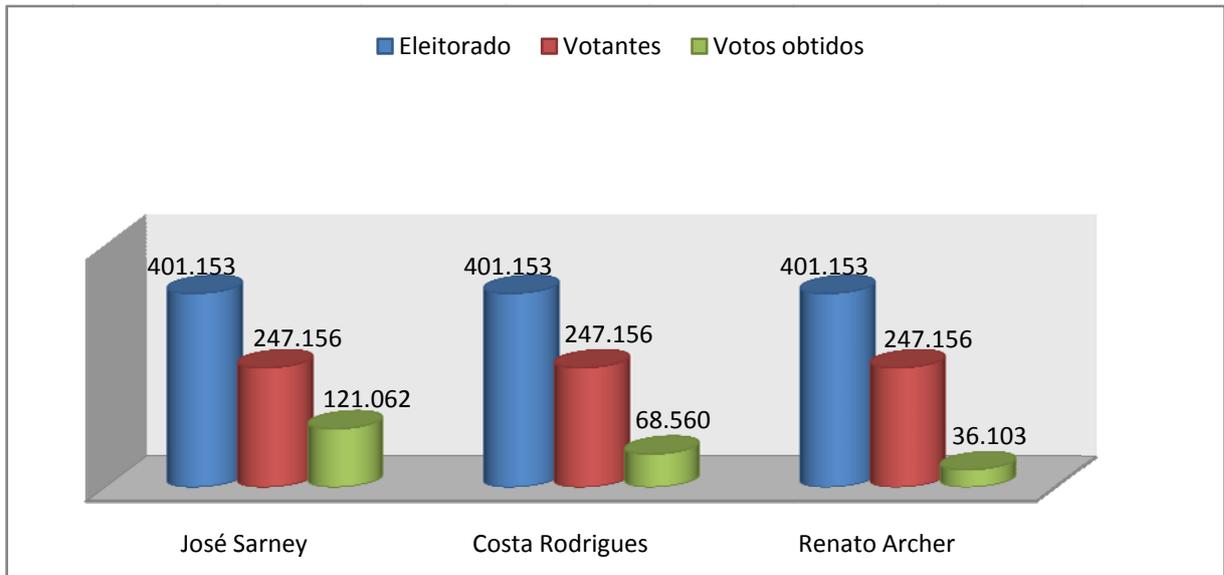
Com a participação de milhares de pessoas que vibravam delirantemente em todo percurso agitando faixas, cartazes e aos gritos de vitória as forças oposicionistas encerraram ontem em São Luis com uma passeata-monstro, seguida de comício, a campanha em favor a candidatura José Sarney ao Governo do Estado. [...] Ao comício que teve desenrolar entusiástico registrando-se as mais espontâneas demonstrações de carinho popular ao candidato oposicionista [...]. (O Imparcial, 10 de Setembro de 1965)

Durante o mês de setembro de 1965 permeava pelas páginas do jornal a consagrada vitória do candidato udenista. Com o dia das eleições chegando, o aparelho privado de hegemonia usava todos os seus mecanismos para fechar com chave ouro a campanha. Ele faria um “governo do povo”, dignificaria o Maranhão e traria o progresso. Alguns títulos dos últimos dias da campanha: *“Eleição de Sarney: Consagração Nacional”*; *“Apoio maciço a Sarney”*; *“Sarney dá grande dimensão à batalha pelas grandes conquistas sociais”*; *“Sarney é mensagem do progresso e integração do povo no governo; “Obra da SUDENE no Maranhão será facilitada com José Sarney governador; “Líder da UDN diz que Sarney é vitória da nova geração”*. *“O dia da Libertação”* estava chegando como é apresenta no jornal:

O pleito de hoje marcará, com efeito; o fim de um ciclo político que se exauriu na sua inoperância. Mas terá mais do que isso o sentido de uma libertação definitiva. E que o Maranhão a partir de hoje mudou de rumos. Não aceitará a tutela da inépcia não aplaudirá a prepotência; não transigirá com a corrupção. Instalara-se hoje na nossa terra para a alegria dos que não tiveram futuro uma etapa histórica que dará futuro aos nosso filhos e sentido as nossas grandezas. O pleito de hoje não será apenas a consagração de um maranhense jovem. A eleição do Sr. José Sarney será mais do que uma vitória pessoal ou partidária. (O Imparcial, 03 de outubro de 1965, p. 1)

O sarneysmo consegue chegar ao governo do estado, Sarney foi eleito com um número expressivo de votos, como mostra o gráfico:

Gráfico 2: Desempenho dos candidatos na eleição de 1965 no Maranhão



Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados. Série Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais.

Disponível em www.bd.camara.leg.br

Elaboração própria

José Sarney obteve 53,63% dos votos, Costa Rodrigues e Renato Archer, respectivamente, 30,37% e 16%. Percebe-se que o candidato vencedor obteve uma ampla margem diante dos seus concorrentes, ou seja, 23,26% votos a mais que o segundo colocado. Essa eleição foi de suma importância para o crescimento do político em questão, a partir disso ele subiu degraus cada vez maiores da política. O jornal O Imparcial foi muito importante nesse resultado, a intensa campanha que fez ao candidato incidiu diretamente no resultado do pleito. Por isso, na ascensão política de José Sarney, esse aparelho privado de hegemonia foi fundamental, pois persuadiu o eleitor maranhense a eleger Sarney, influenciando a dinâmica política na sociedade civil. Dessa forma, assumiu o papel de um partido na organização da vontade coletiva.

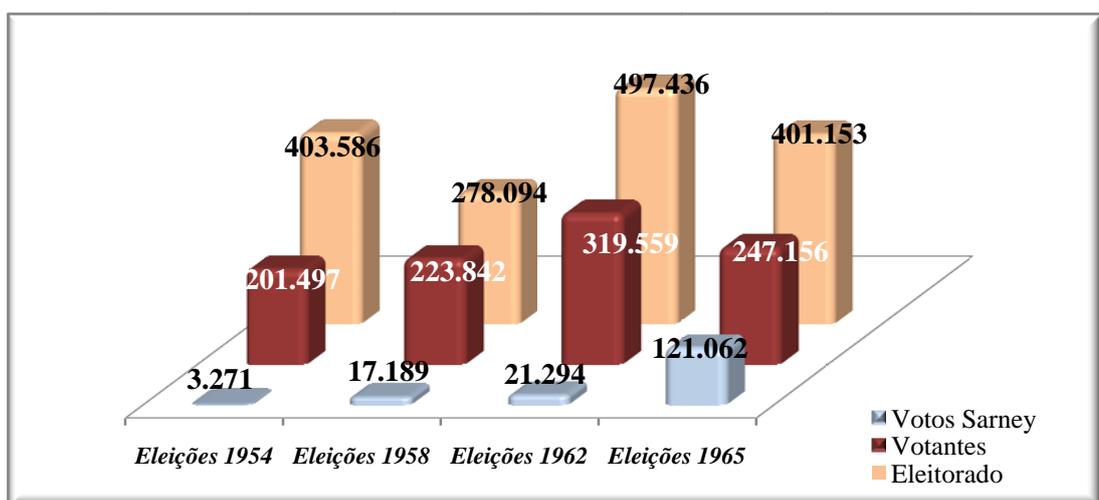
CAPÍTULO 3: A IMPORTÂNCIA DO JORNAL O IMPARCIAL NA ASCENSÃO POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY

Neste capítulo será apresentada a chegada de José Sarney ao governo do estado do Maranhão e como ele começou a erigir o “Maranhão Novo”. O jornal O Imparcial continuou sendo de suma importância em 1966, fazendo as camadas populares tomarem para si um projeto político-econômico classista, que na verdade não as representava. Mas com seu grande poder de persuasão esse aparelho privado de hegemonia consegue construir na sociedade civil o consenso de que o governo era de caráter “popular”. Pautado no projeto político-econômico “desenvolvimentista” do governo federal, o qual o governo Sarney será consonante, o periódico apresentará reportagens bastante animadoras quanto aos investimentos trazidos para o estado, enfatizando que isso só foi possível graças à atuação do novo governador. Para finalizar será explicado o porquê de o jornal O Imparcial ser o poderoso Aparelho Privado de Hegemonia na ascensão política de José Sarney, sendo um condicionante importante junto ao golpe empresarial-militar e a liderança da ARENA no Maranhão.

3.1 A chegada do sarneysmo ao Executivo Estadual do Maranhão

Após a apuração, o resultado das eleições de 1965 foi favorável a José Sarney, que ganhou com uma ampla margem de votos. Em relação aos pleitos disputados anteriormente, percebe-se como seu desempenho eleitoral melhorou consideravelmente. Veja no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Desempenho Eleitoral José Sarney (1954-1965)



Fonte: PICCOLO, 2015, p. 83.

Essa mudança marca sua ascensão meteórica na política. Como foi discutido no capítulo anterior, o aparelho privado de hegemonia, o jornal O Imparcial, fez uma poderosa campanha para ele, materializada em suas páginas. Dessa forma, aproveitou-se da insatisfação popular com o vitorinismo para apresentar o projeto político de Sarney como do interesse de toda a sociedade, revestindo-se do mesmo discurso do candidato em torno do “novo”⁴⁷.

A criação do consenso trabalhou para favorecer o chefe do Executivo Estadual e a ditadura empresarial-militar, pois as propostas do novo governador seriam integradas ao projeto classista que estava sendo posto em execução no âmbito federal. Então, o jornal tentava amenizar o caráter coercitivo da ditadura empresarial-militar passando a falsa sensação de segurança e estabilidade. Usando o mesmo tom moralizador apresentado pelo presidente, usou a revisão eleitoral⁴⁸ como argumento para sustentar que a única arma usada na sociedade civil maranhense teria sido o voto:

A Revolução de 31 de março não cometeu no Maranhão qualquer absurdo. Terá cometido pequenos enganos, naturais em época de duração transitória. Mas sua presença no pleito, garantindo a quantos nele se empenharam, foi o mais eloqüente atestado de sua origem democrática. A Revolução chegou desarmada ao Maranhão e aqui se armou apenas, com o voto o povo maranhense e a mensagem ova de um candidato vinculado aos anseios populares sem compromissos bastardos com quaisquer pessoas ou agremiações. A Revolução nos trouxe o voto livre e a libertação pregada por José Sarney (O Imparcial, 14 de outubro de 1965, p.1).

Também foi ratificado o apoio do presidente ao novo governo:

Tão logo chegou a Brasília o governador eleito do Maranhão foi chamado ao Palácio do Planalto pelo Presidente Castelo Branco. Este teve palavras de entusiasmo e carinho para com o deputado José Sarney dizendo mesmo a certa altura: – Olha deputado a sua eleição foi um dos fatos políticos que mais me sensibilizaram até hoje. Fique certo de que o Maranhão receberá toda a assistência do Governo Federal, eu quero colaborar decisivamente com seu governo (O Imparcial, 24 de outubro de 1965, p.1).

⁴⁷“Em todos os setores governamentais foi infundida a ideia do NOVO como força geratriz do moderno, caminho a ser percorrido para que o Maranhão pudesse vir a ser ‘outro Maranhão’. Não mais o Maranhão dos coronéis, estagnado o arcaico. O MARNHÃO NOVO, protótipo da abastança e do bem estar social indiferenciados, passa dos pronunciamentos eleitorais a linguagem dos planos oficiais, crescendo como elemento ideológico que direcionaria a ação governamental” (BONFIM, 1982, p. 92).

⁴⁸Fazendo referência a Caldeira (1978), Piccolo apresentou que: “[...] os 497.436 eleitores maranhenses cadastrados em 1962 foram reduzidos a 291.230 em 1966. A revisão excluiu do pleito 206.230 eleitores, ou seja, 58,55% do eleitorado” (2015, p 81).

Após o resultado da eleição até a posse do novo governador, o periódico apresentou a satisfação de importantes figuras nacionais e regionais. Era uma forma de mostrar o consonante apoio a Sarney, tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, ou seja, em todo Estado Ampliado. Um desses apoios é apresentado em uma nota da Associação Comercial do Maranhão:

As classes produtoras do Maranhão vêm recebendo, de alguns anos, a valiosa cooperação do Deputado Federal José Sarney Costa, na solução dos problemas econômicos do nosso Estado junto a Presidência da República, Ministérios e demais Órgãos dos Poderes Públicos. Eleito Governador do Estado, e em justo rigojiso, a Associação Comercial do Maranhão transmite ao comércio, as indústrias e estabelecimentos bancários, um veemente apelo para que suspendam as atividades no dia 31 de janeiro a fim de que todos possam participar dos festejos de posse do Governador José Sarney Costa (O Imparcial, 28 de janeiro de 1965, p. 1).

O jornal, além de falar através de seus intelectuais, também trazia outros nomes e instituições para dar maior credibilidade a seu posicionamento. De acordo com Luca e Martins (2006), a imprensa seleciona as notícias de uma forma para estimular ou desestimular comportamentos. Nesse caso, aplica-se a primeira proposição, ou seja, quanto mais pessoas comparecessem aquele momento, mais justificativas teriam para apresentar a chegada de Sarney ao governo como um dia memorável para a história do Maranhão. Mas, essa nota também nos faz pensar sobre a qual fração de classe o novo governador estava ligado. É perceptível sua aproximação com a fração empresarial. Em 31 de janeiro de 1966, Sarney assumiu o governo do Maranhão. A ocasião foi celebrada em estilo a um festejo⁴⁹. Munido de um discurso de reestruturação do aparelho burocrático do Estado, começou a erigir as estruturas do “Maranhão Novo”.

Nesse momento, o então governador começa efetivamente a ser consolidado como a mais influente liderança política do estado. Para entender melhor esse momento em sua carreira, é necessário recuar a outubro de 1965 para discutir o bipartidarismo e a posterior criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Em 1965 o governo tentou obrigar o Congresso a aprovar uma Emenda Constitucional que enfraqueceria o Judiciário e limitaria mais ainda o Legislativo. Nessa ocasião o Congresso não aceitou a vontade do Executivo Federal, em consequência disso, em 17 de outubro de 1965, foi assinado o Ato Institucional N° 2, pouco tempo após as eleições para governadores em onze estados:

⁴⁹ Para maiores informações ver: COSTA, Wagner Cabral da. Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Vitorino a Sarney. São Luis. Edufma, 2006.

Foi o preço pago pela posse de Negrão Lima na Guanabara e de Israel Pinheiro em Minas Gerais. Entretanto, como acontecerá com o Ato Institucional N° 1, seria limitada sua validade legal; deveria ela durar apenas até 15 de março de 1967, data do final do mandato de Castelo Branco. O Ato Institucional N° 2 habilitava o Estado a manobrar de diversas maneiras. Em primeiro lugar, capacitava o Aparelho Repressivo a concluir a operação de limpeza interrompida pela política de normalização intentada por Castelo Branco em 1965. Em segundo, a extinção dos partidos políticos e as rígidas exigências para constituição de novas formações obrigaram a oposição concentrar todas as suas energias na reconstrução das estruturas representativas. Finalmente, a crescente repressão, associada as novas formas de controle eleitoral, originou no seio da oposição um debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das instituições legais (ALVES, 1984, p. 94).

No dia 20 de novembro de 1965 foi baixado o Ato complementar N° 4⁵⁰. Suas normas estabeleciam o sistema bipartidário no país, assim foi criado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) pelos apoiadores do governo. No Maranhão, a liderança da ARENA ficou nas mãos de José Sarney, passando a ser denominado pelo jornal O Imparcial como “o líder civil da Revolução no Estado”:

Dois acontecimentos marcaram uma profunda e definitiva transformação na política do Maranhão, após o pleito de 03 de outubro: a consagrada vitória de Sarney, que lhe conferiu uma incontestável e indivisível liderança das forças políticas mais ponderáveis do Maranhão, e a extinção dos Partidos, de que resultou a formação da ARENA, praticamente sem vinculação com as antigas facções, que já quase nada representavam na consciência do povo. Assim, graças ao apoio direto do povo manifestado nas urnas e nos comícios, e aos rumos dos acontecimentos nacionais, consolidou-se de modo decisivo a posição do Governador Sarney como o supremo líder da ARENA maranhense e chefe civil da Revolução em nosso Estado, depositário que é do Presidente da República e das Classes Armadas (O Imparcial, 03 de abril de 1966, p. 1).

Com o bipartidarismo, Vitorino Freire também ingressou na ARENA, mas, de acordo com Guilhon (2007), como não poderia formalmente opor-se ao governo, preferiu manter-se afastado, ampliando o espaço do líder do partido. Quanto ao MDB, ainda não havia ganhado muita expressão no estado.

⁵⁰ “Novos partidos deveriam constituir-se de pelo menos 120 deputados e 20 senadores no período de 45 dias, a contar da promulgação do ato. Não poderiam ser utilizados os nomes dos partidos extintos. A severidade do ato seria posteriormente abrandada, temendo o governo, naquelas circunstâncias, que não se apresentasse um número suficiente e parlamentares dispostos a arriscar as perdas de seus mandatos para formar um partido de oposição. Não interessava ao Estado de Segurança Nacional montar um sistema unipartidário. Visando sua própria legitimação, o estado queria um partido de ‘oposição responsável’, ao qual caberia oferecer ‘crítica construtiva’ ao governo”(ALVES, 1984, p. 94).

Nessa batalha pela conquista da hegemonia, Sarney já havia conseguido dar um grande salto. Primeiro, graças ao seu talento pessoal, principalmente porque sabia muito bem em cada momento com quem deveria manter boas relações. O golpe empresarial-militar e a chegada de Castelo Branco à presidência, sem dúvidas, foi muito significativo. Mas, ter a seu favor um aparelho privado de hegemonia, como o jornal *O Imparcial*, também foi de suma importância, tanto na sua poderosa campanha, como já foi apresentado, como na construção dos pilares de seu governo.

3.2 A construção do “Maranhão Novo” através do jornal *O Imparcial*

A ditadura empresarial-militar chegou ao poder munida de um discurso “desenvolvimentista”, isso significava, “[...] a perpetuação das estruturas do Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente” (ALVES, 1984, p. 26). Era um modelo de desenvolvimento⁵¹ baseado na associação entre capitais multinacionais, de Estado e locais.

De acordo com Sonia Mendonça (1986), do ponto de vista econômico o golpe não significou o começo de um novo modelo de acumulação, mas sim a consolidação e o aprimoramento do modelo implantado nos anos de 1950. Isso significava uma aproximação aos interesses empresariais/industriais e um distanciamento dos interesses das camadas populares. Havia uma dependência mútua entre o Estado e as empresas privadas “[...] assegurando assim as garantias políticas indispensáveis à reorganização e ao controle da sociedade e da economia” (DREIFUSS, 1981, p. 455).

Isto posto, a reforma administrativa proposta pelo presidente Castelo Branco, significava, sobretudo, “limpar a casa”, ou seja, extirpar os “empecilhos” impostos pelo governo de João Goulart e preparar o terreno para o “desenvolvimento”. Com seus ministérios em sua maioria compostos por membros e colaboradores do IPES foi promovido um domínio político dos interesses financeiro-industriais, multinacionais e associados:

⁵¹ Maria Helena Moreira Alves explica que segurança era usado como elemento fundamental para promover o desenvolvimento e como esse modelo não abrangia a maioria da população: “A segurança, como elemento do conceito de ‘desenvolvimento com segurança’, implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional. [...] O desenvolvimento econômico não está voltado para as necessidades fundamentais, e a política de desenvolvimento não se preocupa muito com o estabelecimento de prioridades para a rápida melhoria dos padrões de vida da maioria da população. Os programas de educação, segundo a ESG, devem ocupar-se, sobretudo com o treinamento de técnicos que participarão do processo de crescimento econômico e industrialização. Outros programas voltados para necessidades básicas, como habitação de baixo custo, saúde pública e educação primária, são considerados menos prioritários” (ALVES, 1984, p. 51).

Os associados e colaboradores do IPES moldaram o sistema financeiro e controlaram os ministérios e os principais órgãos da administração pública, permanecendo em cargos privilegiados durante o governo Castelo Branco, exercendo sua medição de poder. Com um programa de governo que emergiria da direita do espectro político e social, os ativistas do IPES impuseram uma modernização da estrutura socioeconômica e uma reformulação do aparelho do Estado que beneficiou, de maneira ampla, as classes empresariais e os setores médios da sociedade, em detrimento da massa. O golpe de abril de 1964 desdobrou numa transformação do Estado; o programa do IPES trazia em seu bojo uma regeneração capitalista (DREIFUSS, 1981, p. 455).

O projeto político-econômico de Sarney não destoava do que estava sendo construído no âmbito federal, apesar de ser apresentado na luta pela construção do consenso como sendo de caráter popular, ele vai aproximou-se mais de uma fração de classe e se distanciou dos interesses das camadas populares. Wagner Cabral da Costa em entrevista a Palmério Dória explicou a ascensão do político em questão não como força do acaso, pois seu alinhamento com a ditadura empresarial- militar significava:

Quando Sarney foi governador, a ditadura estava investindo forte em infraestrutura no nordeste amazônico com a usina de Boa Esperança, no rio Paranaíba, entre o Maranhão e o Piauí, e com a expansão das Centrais Elétricas do Maranhão. Então você tem um setor que passa a dar as indicações políticas do grupo (DÓRIA, 2009, p. 42).

Em uma reportagem feita com Raimundo Rocha, uma figura destacada do comércio importador maranhense, após chegar de uma viagem a Pernambuco, em janeiro de 1966, pode-se perceber a visão de empresários de outros estados sobre o Maranhão:

Posso afirmar ao jornalista de modo autorizado que as classes conservadoras de Recife veem com otimismo a atual conjuntura maranhense, quer sob o aspecto meramente econômico financeiro, quer sob o ponto de vista político, pois aqueles homens esclarecidos e em dia com a problemática de todo o País tem plena confiança no governo de José Sarney (O Imparcial, de janeiro de 1966, p.8).

Já instalado no governo estadual, Sarney precisava materializar o “Maranhão Novo”. Seu ponto de partida foi reformar a administração pública e sua defesa foi baseada no contraponto ao arcaísmo representado pelo vitorinismo, pois apresentava sua proposta diferente da existente, tentando a dinamização dos setores da economia de modo a favorecer o desenvolvimento econômico do estado que estaria estagnado, principalmente devido à má

administração dos governantes eleitos por Vitorino Freire. Munido desse discurso consegue apoio junto ao chefe do Executivo Federal:

O Governador José Sarney reivindicou ontem num encontro com o presidente Castelo Branco a liberação de amplos recursos para execução de seu programa administrativo no Maranhão cujo governo encontrou serias dificuldades face as irregularidades praticadas pelo seu antecessor. O presidente Castelo Branco prontificou-se a atender as reivindicações do governador tendo em sua presença telefonado para os Ministros de Minas e Energia, Saúde, Educação e Justiça recomendando toda assistência a nova administração maranhense (O Imparcial, 25 de fevereiro de 1966, p. 1).

De acordo com Guilhon (2007), o novo governador ao assumir o cargo garantiu por em prática uma modernização burocrática e um dos fundamentos básicos do governo deveria ser o planejamento. Sarney considerava que estava fechando um ciclo de administrações improvisadas e as ações internas estariam integradas aos objetivos do Plano Nacional e Regional de Desenvolvimento. Assim, o projeto político-econômico do governo federal incide diretamente no Maranhão, e para andar paralelamente, o executivo estadual precisava reorganizar o estrato administrativo.

A composição de seu secretariado era pautada no discurso moralizador da máquina administrativa, ou seja, precisavam ser escolhidos indivíduos que lhe trouxesse eficiência, de acordo com O Imparcial, “eram homens jovens capazes e com ideias novas”. Dessa maneira o governador trouxe alguns “jovens técnicos” da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

A SUDENE informou hoje que, atendendo a uma solicitação do Governador eleito do Maranhão, Sr. José Sarney, prestará toda assistência técnica ao Estado em referência. Acrescentou mais, que essa assistência abrangerá inclusive, a elaboração de um plano governamental, que condicionará a longo prazo o desenvolvimento daquele Estado nordestino (O Imparcial, 26 de janeiro de 1966, p. 1).

O plano de governo foi dividido em dois planos de trabalho: um emergencial e outro para ser executado nos últimos anos de governo. Quanto ao primeiro:

O Plano Emergencial enfatizará a dinâmica do desenvolvimento estadual, nos seus vários atores e atividades. No que diz respeito a educação, salientou que o seu governo executará o Plano Estadual de Educação, destacando o treinamento e formação de mão de obra especializada, em colaboração com a SUDENE e com a USAID e que a educação primária merecerá tratamento todo especial. No setor da agricultura procurará cuidar do abastecimento para os grandes centros urbanos, de acordo com uma política racional a ser

elaborada pela assessoria técnica. No plano da energia, pretende dar todo o apoio à COHEBE, que inclusive, ficará responsável pela CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão – e construirá uma hidrelétrica no rio Farinha com capacidade de 8,300 KVW. Em face da extensão territorial do Maranhão, o setor da viação é dos mais atrasados, pretendendo com seu Plano de Emergência, fazer a implantação definitiva da BR-10, no trecho Carolina Porto Franco, para acesso as obras do Rio Farinha. Outra implantação importante, no plano, é a ligação São Luis Boa Esperança, para acesso as obras da COHEBE, além de outras rodoviárias integradas no Plano Rodoviário Nacional. Por sua vez, o setor tributário, que considera um dos mais seriamente atingidos, será saneado devidamente e adaptado as necessidades do Maranhão, com uma política fiscal racional, desvinculada da política partidária (O Imparcial, 08 de março de 1966, p.1).

O grupo técnico tinha a função de desenvolver o plano de governo para ser colocado em prática o desenvolvimento e a modernização. Para acelerar esse processo foi criado o Grupo de Trabalho e Assessoria e Planejamento (GTAP), uma hiper-secretaria que funcionava junto ao Gabinete do Governador. “Concentrando as funções de planejamento a nível de programação governamental, o GTAP passa a desempenhar papel de grande relevância no traçado das diretrizes políticas e econômicas que viriam a ser adotadas pelo Governo do Estado” (BONFIM, 198, p. 75).

Na escolha de seu secretariado não inovou, apesar do periódico em questão considerá-los como homens “apartidários”. Percebe-se que houve a conservação de nomes tradicionais da administração pública estadual. A assessoria técnica e os secretários corporificaram-se nos seguintes nomes:

Tabela 2: Composição da Assessoria Técnica do Governo de José Sarney

Nome	Descrição
Mariano Matos	Técnico em planejamento industrial da SUDENE Curso da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina)
Mário Pires Leão	Técnico em planejamento agrícola da SUDENE Curso da CEPAL
Joaquim Itapary	Técnico de desenvolvimento econômico da SUDENE Curso CEPAL
Prof. José de Jesus Moraes Rêgo	Técnico em planejamento educacional da SUDENE
Carlos Alberto Madeira	Ex-membro do Conselho Consultivo da Fábrica Nacional de Motores, crítico de arte, professor de

	Direito, autor de importantes trabalhos jurídicos
Eliezer Moreira Filho	Bacharel em Direito. Chefe do Serviço do Superior Tribunal do Trabalho
João Alberto de Souza	Economista do Banco do Estado de São Paulo

Fonte: O Imparcial, 1966. Elaboração Própria.

Tabela 3: Composição do Secretariado do Governo de José Sarney

Secretaria	Secretário/Descrição
FINANÇAS	Prof. Pedro Neiva de Santana- catedrático da Faculdade das Faculdades de Direito e Medicina de São Luis, diretor do curso de medicina
INTERIOR E JUSTIÇA	Cícero Neiva- ex-presidente Tribunal de Contas do Estado, presidente do Comitê Central das Oposições Coligadas
AGRICULTURA	Prof. Nivaldo Macieira- professor de ciências das finanças da faculdade de Direito de São Luis, técnico em desenvolvimento econômico pela CEPAL
VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	Engenheiro Haroldo Tavares- ex-membro da diretoria do Instituto de Pesquisas da Universidade de Minas Gerais, integrado ao Conselho Nacional de Energia Nuclear
SAÚDE	José Murad- superintendente médico do IAPE
EDUCAÇÃO	Prof. Orlando Madeiros – Era professor das Faculdades de Farmácia e Odontologia de São Luis
SEGURANÇA	Ten. Cel. José Rodrigues de Paiva- sub-comandante do 24º Batalhão de Caçadores
ADMINISTRAÇÃO	Prof. José Maria Cabral Marques- catedrático do curso de filosofia, vice-reitor da Universidade Católica do Maranhão
GOVERNO	Alberto Vieira da Silva- Era promotor público do Estado

CEMAR	Major-engenheiro César Cals –Presidente da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (COHEBE)
COMANDANTE DA FORÇA PÚBLICA	Major Antônio Medeiros- sub-comandante do 10º Batalhão de Caçadores (Goiânia)
PROCURADOR GERAL DO ESTADO	Esmaragdo Souza e Silva- Professor de Direito

Fonte: O Imparcial, 1966. Elaboração Própria.

O periódico o apresentava numa incansável busca para reverter o quadro socioeconômico do estado, a apresentação desses nomes significava a chegada do “Maranhão Novo”. “Num país de frágil estrutura partidária, como o Brasil, a imprensa desempenha, em muitas circunstâncias, papel semelhante ao dos partidos, chegando a sobrepujá-los” (CAPELATO, 1988, p. 37). Percebe-se o jornal O Imparcial agindo como um partido, no sentido gramsciano, organizando a vontade coletiva da sociedade civil maranhense, ou seja, nesse momento a hegemonia do sarneysmo ainda não estava consolidada, então os intelectuais orgânicos do jornal vão trabalhar sempre no sentido de favorecê-lo nas batalhas hegemônicas.

Tinha-se um estado necessitando melhorias em vários setores, então era preciso publicar aquilo que a população queria ver. Por isso, com tão pouco tempo de governo, o periódico já apresentava matérias bastante empolgantes sobre os investimentos: “*Um bilhão de cruzeiros da SUDENE para obras de saneamento no Maranhão*”; “*Será iniciada em julho a construção de 300 casas populares no Bairro de Fátima*”; “*Governo do Estado entregará ao povo, dentro de poucos meses, 1000 escolas no interior*”; “*Governo vai aplicar cerca de 3 bilhões de cruzeiros no Programa de Saúde do Estado*”.

A relação próxima do chefe do Executivo Estadual com a SUDENE⁵² e a sua atuação no Maranhão significava a materialização do projeto que chegará ao poder federal em 1964.

⁵²Criada pela lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, como objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, antes de mais nada, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. A SUDENE foi criada como uma autarquia subordinada diretamente a Presidência da República, e sua secretaria executiva coube a Celso Furtado. De 1959 a 1964, Celso Furtado foi responsável pela estratégia de atuação do órgão. A partir de 1964 ela foi incorporada ao Novo Ministério do Interior, e sua autonomia, seus recursos e objetivos foram enfraquecidos e deturpados. Foi fechada em maio de 2001, a partir de denúncias de que estava favorecendo clientelas.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene> Acessado em: 15/06/2016

Representava a política de desenvolvimento regional, a qual era um dos eixos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. O aparelho privado de hegemonia em questão apresentava a aproximação com esse órgão do Estado restrito como uma forma de mostrar o “desenvolvimento” chegando de fato, pois o governador defendia incansavelmente os problemas maranhenses no âmbito federal.

Na área bancária nomeou Luis Carlos Bello Parga para direção do Banco do Estado do Maranhão, segundo O Imparcial, um “alto funcionário do Banco do Brasil”. Sarney almejava duplicar o capital desse estabelecimento. No mês de maio de 1966 o diretor afirmou um convenio com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE)⁵³. Em setembro do mesmo ano, em visita a São Luis, o diretor do BNDE, Garrido Torres, afirmou apoio as pequenas e médias indústrias através do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME)⁵⁴ e do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME)⁵⁵, que eram fundos especiais do banco. Também estava sendo firmado um convenio de cooperação financeira com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)⁵⁶:

⁵³ “O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Entidade autárquica, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, o BNDE inicialmente esteve sob a jurisdição do Ministério da Fazenda. Em setembro de 1951, as diretorias do Banco Mundial e do *Export-Import Bank (Eximbank)* anunciaram estar dispostas a financiar os projetos de investimento propostos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A expectativa das autoridades brasileiras era que os recursos liberados a serem por essas duas agências para o programa de investimento da comissão mista chegassem a quinhentos milhões de dólares. Nos meses seguintes, aprovou-se uma série de leis que criavam as bases legais para a constituição de um Fundo de Reaparelhamento Econômico, cuja principal fonte era uma taxa adicional sobre o imposto de renda devido por pessoa física e jurídica. Para administrar esse fundo, e mais os recursos oriundos do Ministério da Fazenda (em moeda nacional) e os montantes externos dirigidos ao país (em moeda estrangeira), foi proposta a criação de um banco especial, cuja tarefa seria criar condições para a superação dos entraves ao fluxo de investimentos - públicos e particulares, nacionais e estrangeiros -, necessárias ao desenvolvimento da economia brasileira. O BNDE nascia com a dupla incumbência de elaborar análises de projetos e de atuar como o braço do governo na implementação das políticas consideradas fundamentais para o avanço da industrialização. Em síntese, o Banco seria o principal formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. Mesmo após a criação do BNDE, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos continuou funcionando, encerrando oficialmente suas atividades em 31 de janeiro de 1953. Seu relatório final concluía que as deficiências nas áreas de energia e transporte eram os maiores nós do crescimento do país”

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElEvoltou/BNDE> Acessado em: 15/06/2016

⁵⁴ Foi criado pelo Decreto nº 55.275, em 22 de dezembro de 1964, chamava-se Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), destinado a financiar as operações de compra e venda de máquinas e equipamentos de produção nacional. Os recursos do fundo eram administrados por uma Junta, cabendo a sua presidência pelo Presidente do BNDE (atual BNDES). Com o Decreto nº 59.170, de 02 de setembro de 1966, passou a ter sua atual denominação, ou seja, Agência Especial de Financiamento Industrial, permanecendo com a mesma sigla (FINAME).

⁵⁵ Programa criado em 1964 pelo BNDE, que previa crédito, em longo prazo e com baixas taxas de juros, a pequenas e médias empresas.

⁵⁶ “Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de elaborar e conduzir um plano de desenvolvimento para a região. [...] Uma semana após o golpe militar de 1964 o governo nomeou o general de divisão Ernesto Bandeira Coelho como interventor da SPVEA e

Depois de fazer um retrospecto da infra-estrutura da SPVEA e das metas daquele órgão para o desenvolvimento da nossa Pátria, o general Mário Cavalcante apontou o Governador José Sarney como um dos elementos da nova geração que o chefe do Executivo maranhense, além de jovem e dinâmico, é um homem esclarecido, atualizado e identificado com os mais graves problemas do Estado. Continuando, disse que o processo da verba de 500 milhões de cruzeiros para ampliação da capacidade da nova usina da CEMAR no Tirirical, com 3 motores diesel, já está sendo estudado e atendido com carinho pela SPVEA, bem como outros problemas industriais de interesse do Maranhão (O Imparcial, 22 de maio de 1966, p. 10).

De acordo com Bonfim (1982), além da reforma administrativa, em seu primeiro ano de governo focou-se nos setores da Energia e do Transporte. A ênfase nesses dois setores significava a preparação para um dos passos seguintes que seria a industrialização. Para pôr em prática esse plano seria ampliada a capacidade da Usina de Boa Esperança e criado o Plano Rodoviário Estadual. O ministro de Minas e Energia, Mario Thibau, em visita ao Maranhão para analisar o problema energético, declarou em nota:

Referindo-se a hidrelétrica de Boa Esperança, declarou o ministro de Minas e Energia que as obras caminham dentro dos prazos normais e que em breve o Maranhão estará se beneficiando com a energia elétrica que ali será produzida. Adiantou que as linhas de transmissão já estão sendo instaladas e que os problemas de vários municípios já se encontravam devidamente equacionados e solucionados. Prosseguindo, disse o ilustre titular, que sua presença neste estado é uma prova eloquente do interesse que desperta a atual administração maranhense ante o governo da República. Enalteceu os planos práticos do governo Sarney, afirmando, a certa altura que são plano ambiciosos, digno de um governo que deseja realizar uma verdadeira administração (O Imparcial, 19 maio de 1966, p. 08).

repassou-a à responsabilidade do recém-criado Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR). Em seguida, o também general de divisão Mário de Barros Cavalcanti assumiu a intervenção da Superintendência, mantendo-se em sua direção até a sua substituição da Sudam. Durante este período foram elaborados três relatórios conformando-se uma avaliação negativa das administrações anteriores. Na avaliação negativa e moralista incluem-se falta de competência técnica, de coordenação das ações e organismos federais na região, debilidade acentuada do pessoal da SPVEA (quase todo sem qualificação) e manipulação escusa dos recursos da Superintendência. No primeiro relatório (1966) estes elementos são colocados como comprometedores dos objetivos originais da instituição. Constata-se, além do mais, a crise de legitimidade da Superintendência, mas se coloca como objetivo recuperá-la. [...] Em junho de 1965 foi criado o Grupo de Trabalho da Amazônia, de onde sairia a proposta de extinção da SPVEA e criação da Sudam. O governo federal, ao criar a nova instituição tentou justificar o “fracasso” da precedente retirando a sua responsabilidade, depositando-a nos desvios e omissões das administrações da SPVEA. Para isso, recorreu até mesmo a diversos elementos já apresentados pelo seu último superintendente, o interventor Mário Cavalcanti. Em síntese, o problema REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013 .185 seria de burocratização, desvios diversos e falta de eficiência. Por um lado, teria-se havido centralismo administrativo e, por outro, falta de coordenação dos organismos governamentais na região. Conclusão: a SPVEA fracassara enquanto projeto, devendo-se construir outro – o que acontece com a lei 5.173, de 27 de outubro de 1966” (MARQUES, 2013, p. 163, 181,185).

Estavam sendo postos em prática as ações para criação do Distrito Industrial do Maranhão⁵⁷. Através da SUDENE o governo federal efetivava sua participação, principalmente financeira, e o governo estadual era responsável pelas instalações da infraestrutura básica e por doar o espaço onde o distrito seria instalado. O fomento industrial não ficou apenas no plano nacional, empresas estrangeiras também propuseram parcerias ao estado, o projeto político estadual consonante ao federal, também facilitaria a entrada dos investimentos estrangeiros:

Um grupo de industriais alemães está estudando a possibilidade de fazer investimentos de vulto no Maranhão, no campo da rizicultura. A informação que colhemos foi transmitida ao governador pelo ministro Roberto Campos, do planejamento econômico, quando de sua recente visita ao nosso Estado. O referido grupo, segundo a informação, está disposto, caso chegue a bom termo as negociações, a instalar em nosso Estado moderna usina de beneficiamento de arroz capaz de adquirir pagando a vista de 200 a 240 mil toneladas de arroz anualmente para mercado interno e para exportação. O grupo alemão em referência especializado na fabricação de afamada marca de cerveja de grande aceitação no mercado internacional, deseja também o direito de exportar para Alemanha o resíduo utilizado na fabricação dessa bebida (O Imparcial, 02 de julho de 1966, p. 06).

Os investimentos internacionais também voltaram-se para usina de Boa Esperança, construção de estradas e eletrificação das cidades. Segundo o jornal analisado, esses recursos viriam através da Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID) e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID).

O desenvolvimento industrial era utilizado como um condicionante para o Maranhão ter acesso ao uso da energia de Boa Esperança, pois só ampliá-la não era suficiente, também precisaria de empreendimentos onde ela fosse utilizada, ou seja, nos planos e discursos do governo era necessário instalar novas indústrias, ampliar e modernizar as existentes. De acordo com o periódico em questão, o governo assumiu o encargo desde o despertar da consciência empresarial até a implantação do negócio. Para isso ele criou uma lista de providências a serem tomadas emergencialmente:

- 1) Cadastrar as oportunidades industriais do Estado;
- 2) Elaborar perfis de projetos onde fique demonstrado a viabilidade econômico-financeira de cada empreendimento;
- 3) Submeter esses perfis aos organismos de créditos, a fim

⁵⁷ “Alguns dos empreendimentos industriais que se desenvolveram no Maranhão nesse período foram: DESAMA, Empreendimentos Agroindustriais do Maranhão S.A.; CARUTAPERÁ, fábrica de papel e celulose; PLANOMAR S.A., indústria de filme de polietileno e cano de PVC; Indústria Maranhense Agropecuária S.A.; Gesso Art. Ltda.; MERCK, Maranhão Produtos Vegetais S.A.”(BONFIM, 1982, p.85).

de que, previamente, recebam ao menos um sinal verde, de modo a garantir ao empresário maiores probabilidades de aprovação do seu projeto; 4) Financiar ou criar as condições de financiamento de parte dos recursos próprios necessários aos projetos, através do Banco do Estado ou de um Banco de Desenvolvimento, a ser criado; 5) Recomendar fácil e rápida tramitação dos projetos quando submetidos ao Banco do Estado e manter junto a Sudene, Spvea, Banco do Nordeste, B.N.D.E, principalmente, representantes visando o mesmo efeito; 6) Garantir a implantação desses projetos e velar, em nome dos empresários, para que os recursos aprovados sejam liberados de acordo com o cronograma de desembolso que for inicialmente estabelecido, reclamando para que as inspeções dos órgãos financiadores, antecedentes a cada liberação sejam realizadas no seu devido tempo; com isto evitando reformulações onerosas (O Imparcial, 25 agosto de 1966, p. 07).

O setor energético era demonstrado como um dos mais apreciáveis esforços do governo do estado pelo aparelho privado de hegemonia analisado, pois o seu melhoramento além de garantir conforto aos maranhenses também encorajava iniciativas novas no setor industrial. Esse setor foi bastante explorado no sentido de enaltecer o primeiro ano do governo Sarney, como mostra abaixo:

Examinando essas ações nos seus aspectos mais profundos ou mais superficiais, forçoso é reconhecer que as Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR) vem procurando responder a política econômica do atual governo, ampliando cada vez mais sua capacidade de atendimento à demanda. O chefe do Executivo, pessoalmente, tem acompanhado o desenvolvimento das atividades da empresa e reivindicando junto a agência financeiras nacionais e internacionais a colaboração necessária ao perfeito desenvolvimento do Estado. É verdade que ainda há déficit de energia elétrica, estamos longe de uma produção correspondente as solicitações industriais. Mas não é menos certo que já se fez muito no importante setor. Além disso, não se pode o interesse que o governador vem dispensando, desde sua campanha, ao problema energético, seja no que respeita a Central de Boa Esperança, seja em relação a hidrelétrica de Carolina e ao estudo de outras regiões banhadas pelos nossos rios. A CEMAR, com todas as dificuldades que tem enfrentado, vem mantendo um serviço sempre melhor e que nos dá a certeza de se encontrar perfeitamente integrada no espírito do novo governo (O Imparcial, 30 de dezembro de 1966, p. 01).

Em relação à área de telecomunicação, nesse ano em questão, o diretor do BNDE, o senhor Garrido Torres, estava proferindo grandes críticas em encontros ou congressos que participava. Ele considerava essa área ainda muito atrasada e era um dos entraves para o desenvolvimento econômico. Esse era o elo que faltava para dinamizar a ligação e comunicação entre as várias regiões. Nesse mesmo ano, o qual é proferido com maior veemência as críticas de Garrido, é criada a Empresa de Telecomunicação do Maranhão S.A. (TELMA):

Dada a grande expansão humana no território deste Estado, verificado o desenvolvimento das plagas mais fronteiriças, e em parte, melhoradas as condições de vida por força do progresso, urge sejam tomadas iniciativas no sentido de obtenção de meios de comunicação em todo o Estado. Como se sabe, a obtenção destes meios, quer através de telefones, rádios, telegrafia, etc. constitui um imperativo ante o crescimento e a própria razão de ser do mundo moderno. Não se pode conceber o “ilhamento” de certas regiões por falta de meios de comunicação. De fácil compreensão é o valor das telecomunicações para o desenvolvimento rápido e coordenado de todas as atividades humanas. É notório o empenho do governo federal, através do Conselho Nacional de Telecomunicação – CONTEL – e da Empresa Brasileira de Telecomunicação – EMBRATEL – na solução do problema nacional de telecomunicações, inclusive na implantação de sistemas básicos que pretende integrar os Estados. Cabe ainda, ressaltar-se a alta rentabilidade do sistema, desde de que implantado entre nós, rentabilidade esta capaz de assegurar a total liquidação dos compromissos que vierem a seu assumidos, em decurso razoável de tempo. Cabendo a cada Estado o desenvolvimento de seu sistema em consonância técnico-operacional com o planejamento nacional a cargo do CONTEL, anteendo o Maranhão as possibilidades de tão expressivo e oportuno empreendimento e desejo de equacionar tão grave problema, encaminhou o Governo deste Estado a Assembléia Legislativa uma mensagem que se transformou na Lei n. 2658, de 27 de junho de 1966. Estabelece referida Lei autorização ao Poder Executivo para constituir a Empresa de Telecomunicação do Maranhão S/A – TELMA – de cujo capital deverá participar o Estado, no mínimo, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações. A TELMA terá sede a cidade de São Luis, capital do Estado, e terá jurisdição em todo território maranhense. Caberá promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados com serviços de comunicações, bem como organizar e explorar estes serviços. Pretende a TELMA, ainda, obter concessões para implantação dos serviços acima referidos. Os programas ligados a ela serão levados a efeito obedecendo normas estabelecidas pelo CONTEL e pela EMBRATEL (O Imparcial, setembro de 1966, p. 01).

O investimento na área de telecomunicação foi mais um ponto usado para sustentar o “desenvolvimento” maranhense, mas na década de 1960, só os com condições financeiras mais elevadas conseguiam ter um telefone residencial. Então, a integração entre as regiões não abrangia a toda a sociedade.

3.3 O jornal O Imparcial como importante Aparelho Privado de Hegemonia na ascensão política de José Sarney

Por tudo exposto é possível chegar à conclusão que o jornal O Imparcial foi um aliado muito importante na construção das bases do governo de José Sarney. O jogo das palavras, a seleção das notícias foram elementos construídos com um poder imenso de persuasão, como é possível observar nas matérias apresentadas. Mas é necessário ressaltar que esse foi um posicionamento adotado pelo Imparcial, não por todos os veículos de comunicação do Maranhão. E essa posição foi uma forma de resguardar seus interesses.

Porém, por trás de todo esse entusiasmo na construção do “Maranhão Novo” tinha-se um projeto classista muito evidente. Sarney explorava os problemas maranhenses pautado no contraponto aos governos comandados por vitorinistas e nas diferenças regionais, ou seja, nordeste atrasado e sudeste desenvolvido. Assim, ao inserir a SUDENE e seus técnicos no seu governo estaria sendo posto em prática a diminuição dos contrastes entre as regiões.

O problema consiste no fato desse “desenvolvimento”, apesar de no discurso ser equitativo a todos, na prática não se efetivar. A integralização do projeto federal e estadual beneficiaria sobremaneira a fração de classe empresarial⁵⁸ e se distanciaria daqueles que deveriam ser os verdadeiros beneficiados. A ampliação da usina de Boa Esperança significava a sustentação para montagem do Parque Industrial e o Plano Rodoviário era uma forma de integrar o espaço econômico maranhense. Basta observar nas entrelinhas das notícias aqui apresentadas.

Na educação era necessário a criação de “técnicos” para posteriormente ser mão de obra nas empresas ou indústrias, as quais em sua maioria vinham de fora, por isso Bonfim (1982) considera que Sarney estava “leiloando” o Maranhão. Apresentava ambientes favoráveis para a vinda desses empreendimentos, porém, as camadas populares seriam as menos beneficiadas nessa dinâmica.

A despeito das considerações apresentadas, o primeiro ano do governo Sarney contou com uma alta popularidade. Apesar do seu projeto classista, conseguiu fazer grande parte da sociedade maranhense acreditar que representava a todos. Os interesses de uma classe particular estavam sendo impostos como os interesses de todos. Isso se chama criação de

⁵⁸ “Percebe-se assim que, a dinâmica desenvolvimentista estaria endereçada a favorecer os grandes grupos empresariais que se instalariam no Estado, agora apoiados por um Programa Governamental que lhes era amplamente favorável” (BONFIM, 1982, p. 84)

consenso, então na batalha hegemônica travada no Maranhão, o político em questão conseguiu ter vantagem.

E nesse mecanismo consensual, ou seja, no direcionamento político no âmbito da sociedade civil, o aparelho privado de hegemonia, o jornal O Imparcial foi muito importante, pois conduzia a vontade coletiva favoravelmente ao seu governo. As matérias apresentadas neste capítulo tiveram como principal intuito demonstrar o porquê desta afirmação.

É perceptível como os projetos são apresentados com riqueza de detalhes, os investimentos como muito animadores e a parceria com órgãos e agências federais e regionais promissoras. No entanto, o mais marcante é a construção da figura do governador na busca desses recursos e empreendimentos para o Maranhão. Isso quer dizer que essas “melhorias” só estavam chegando graças ao seu empenho pessoal.

O alinhamento com o projeto político-econômico do governo federal, da maneira como foi apresentado pelo periódico, significou a chegada do “desenvolvimento”. O estado sairia do atraso e entraria numa “nova” fase. Mas isso só era possível graças ao talento e compromisso do “jovem governador”.

A chegada de investimentos advindos da SUDENE, BNDE, SPEVA, USAID, BID são apresentados como a materialização de “novos tempos”. O Maranhão teria energia, estradas, educação, saúde, telecomunicação. Por isso, O Imparcial explorava principalmente as notícias em torno desses assuntos no ano de 1966.

Tendo em vista que o jornal em questão era o de maior circulação no estado, o alcance do público foi maior. O leitor deparava-se com aquelas notícias e já ficava esperançoso, principalmente pela construção feita do grupo político anterior como arcaico, representante do atraso. Agora, pela primeira vez, estava sendo erigido um governo que atenderia aos anseios do povo. A construção midiática de Sarney foi muito bem montada:

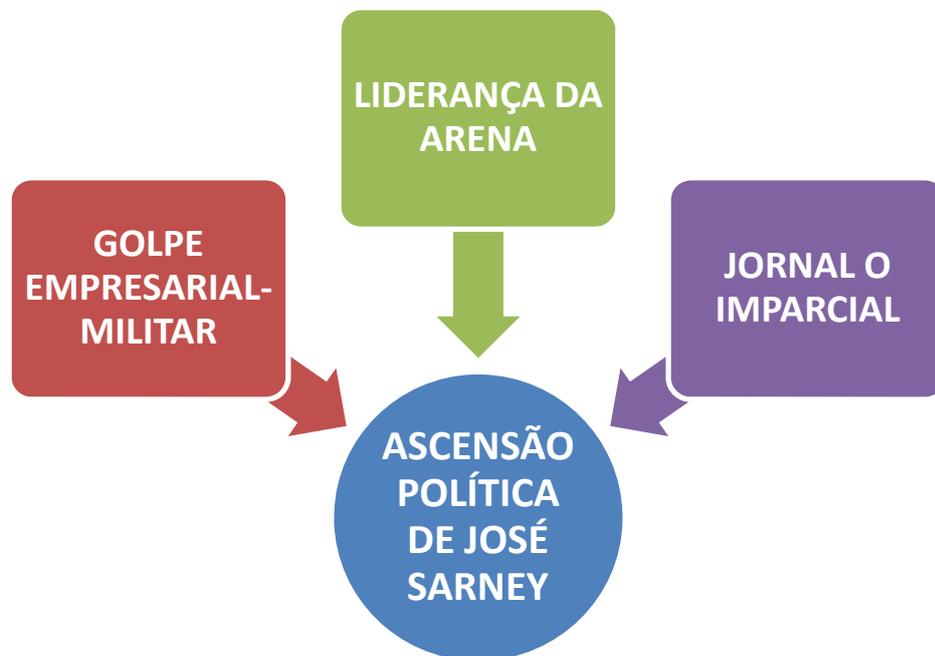
Sob um ponto de vista diverso (e complementar), entretanto, a ofensiva midiática levada adiante pelo novo governador cumpria funções outras (além do óbvio objetivo de autopromoção), pois significava, nos termos dos novos detentores do poder político estadual, “o grito do Maranhão que não podia ficar sozinho depois de sua Libertação”. Evidenciava uma deliberada representação do Estado sob o signo do subdesenvolvimento (em seus componentes, a miséria, a fome, o analfabetismo, a peste, a morte), ao lado da representação das riquezas potenciais, como parte de uma estratégia mais ampla de captação de recursos financeiros junto ao governo ditatorial, às agências de desenvolvimento regional (SPEVA, posteriormente SUDAM e SUDENE), às fontes de financiamento internacional (Banco Mundial, BID e outras), bem como a atração de investimentos por parte do grande capital nacional e internacional. Seria a “batalha do Progresso com justiça Social”,

sucedânea da “batalha da Liberdade”, consonante a propaganda oficial (CABRAL, 2006, p. 222)

Essa criação de consenso construída pelos intelectuais orgânicos do aparelho privado de hegemonia analisado era essencial, pois o sarneysmo estava buscando exercer sua hegemonia (buscando ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso) e ter esse organismo da sociedade civil trabalhando a seu favor significava uma grande vantagem.

Então é possível perceber a grande importância do jornal O Imparcial na edificação do governo que chegou ao poder em 1966 no Maranhão, interferindo na batalha hegemônica e assim desempenhando o papel de um partido. Por isso, é um dos condicionantes da ascensão política de José Sarney:

Organograma 1: Condicionantes da ascensão política de José Sarney



Esses fatores, somados ao seu desempenho pessoal, possibilitaram seu crescimento na carreira política, sobretudo de 1964 a 1966. No regaste desse acontecimento, o jornal O Imparcial constitui uma fonte muito importante, porque além de nos dar a possibilidade de reconstruir alguns fatos da história do Maranhão, também é um personagem ativo dela. Sua atuação no período estudado incidiu diretamente na condução política do estado.

Por isso, o jornal é uma fonte de pesquisa tão importante para historiografia. De acordo com Capelato (1988) trabalhar com o periódico significa o analisar profundamente

sempre procurando suas conexões, principalmente políticas, desvendar os seus artifícios, pois na “batalha pela conquista dos corações” de seus leitores vão usar várias táticas e elas podem nos falar muito sobre um dado período histórico.

O Imparcial apoia o golpe e a ditadura empresarial-militar orientado pelo intelectual orgânico Assis Chateaubriand, que tinha grande atuação nos meios de comunicação e na política, ou seja, transitava tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Na poderosa campanha e no governo de Sarney, sua aliança com o governo federal é apresentada com a possibilidade de “progresso” para o Maranhão. A chegada do sarneysmo ao Executivo Estadual marcou a perpetuação de 51 anos desse grupo no poder, mas durante essas cinco décadas ainda não foi visto esse “progresso”, porque:

[...] depois de inúmeros ‘grandes projetos’ e mais de trinta anos de domínio do grupo Sarney, através das pesquisas divulgadas ao longo de 2001 pelo IBGE e pela Fundação Getúlio Vargas, informando que o Maranhão é o estado mais pobre do país, com o maior percentual de pobreza, o menor PIB per capita, ‘as mais altas taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil’ (CABRAL, 2006, p. 261).

A construção desse governo tinha interesses que não eram para privilegiar o público a quem o jornal O Imparcial pretendia atingir. Consonante ao governo federal, o “Maranhão Novo” trouxe na verdade o enriquecimento pessoal de José Sarney e um espaço propício para atuação da fração de classe empresarial. O discurso vendido pelo periódico para a sociedade maranhense, de um governo com interesses de cunho popular, não passou de uma falácia, pois estava mascarando os verdadeiros beneficiados desse projeto político-econômico.

A aceitação do projeto político-econômico de Sarney não significava que a sociedade civil era totalmente manipulável, mas sim porque ansiavam por melhoras, por isso, o Imparcial foi tão importante, na criação da figura do “salvador”. As medidas tomadas dentro da sociedade política foram importantes, como a revisão eleitoral, mas as mudanças ocorridas nas eleições de 1965 no Maranhão não podem se fechar apenas nesse viés. A atuação dos aparelhos privados de hegemonia, nesse caso do Imparcial, também incidiu nessas mudanças, pois sem a criação do consenso não há direcionamento político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem do tema proposto neste trabalho pôde demonstrar a importância da utilização do jornal como fonte e da aplicabilidade dos conceitos teóricos de Antônio Gramsci na construção historiográfica sobre o Maranhão. A análise do período da ditadura empresarial-militar nesse estado é importante, pois por muito tempo houve a necessidade de mais trabalhos que se dedicassem a refletir esse período o colocando a nível nacional, porque não ficou alijado desses acontecimentos, muito antes pelo contrário, por tudo que foi exposto é possível perceber como o estado foi um ator ativo dessa dinâmica.

O golpe empresarial-militar e as eleições de 1965 constituíram como fatores essenciais no percurso político de José Sarney. Ao analisar os mecanismos que o possibilitou a isso, percebemos a sociedade política e a sociedade civil, no sentido gramsciano, trabalhando juntas, ou seja, alguns mecanismos coercitivos do Estado foram postos ao seu favor para as eleições ocorrerem com “menos corrupção”, pois o presidente Castelo Branco não queria que fossem usados, pelo menos aos olhos do povo, as mesmas práticas vitorinistas. Mas esses mecanismos foram acionados porque no âmbito da sociedade civil estava sendo construído o direcionamento político favorável a Sarney, sem essa formação do consenso, só a coerção não lograria o êxito esperado. Esse consenso formado, principalmente pelo aparelho privado de hegemonia, o jornal O Imparcial, com certeza foi fundamental para vitória esmagadora do candidato em outubro de 1965.

Sem dúvidas essa vitória foi de suma importância para a sua ascensão meteórica. Ele se tornou a principal liderança política do Maranhão, ganhando um grande prestígio nacional. Com o discurso do “Maranhão Novo” criou a esperança nos maranhenses de dias melhores. Considerou-se o novo diante do vitorinismo, tendo o papel de romper com as práticas políticas arcaicas, mas na verdade houve muito mais continuidades do que rompimentos.

Com certeza sua inteligência foi muito importante para sua ascensão política, mas só ela não seria suficiente, ele precisava fazer alianças que o impulsionassem, se aproximar de quem fosse conveniente de acordo com o momento, mas ter o folhetim de maior circulação no Maranhão a seu favor constituiu um fator fundamental.

Ao chegar ao Executivo Estadual em 1966 contava com grande popularidade e continuou tendo o apoio incondicional do jornal O Imparcial, que apresentava em suas reportagens a construção do novo governo com grande empolgação, o apresentando como a chegada do “progresso”. A atuação desse aparelho privado de hegemonia foi tão importante que fez grande parte das camadas populares maranhenses (lembrando que também havia as

vozes discordantes) considerarem como do seu interesse um projeto político-econômico extremamente classista. Por isso, O Imparcial foi o poderoso aparelho privado de hegemonia na ascensão política de José Sarney.

Analisar esses caminhos percorridos por José Sarney é de suma importância para compreender como ele ganhou seu grande poder e permanece presente na política até hoje. Ele é uma figura importante da história republicana do Brasil, principalmente do Maranhão. E estudar a história do sarneysmo é compreender marcas que estão presentes no estado até hoje.

REFERÊNCIAS

FONTES:

Jornal O Imparcial (1964-1966)

Reportagens:

José Sarney almoçou com João Goulart, **O Imparcial**, 10 de fevereiro de 1964.

Deputado José Sarney reafirma sua candidatura ao Governo do Estado, **O Imparcial**, 27 de março de 1964.

Presidente Humberto Castelo Branco quer eleições em 65 para governador, **O Imparcial**, 08 de dezembro de 1964.

Vitorino Freire formalizou seu definitivo rompimento com o Governo do Estado, **O Imparcial**, 03 de julho de 1965.

Aprovada pela Câmara a nova Lei de Inelegibilidades, **O Imparcial**, 10 de julho de 1965.

Multidão incalculável carregou ontem Sarney em triunfo através das ruas e praças de São Luis, **O Imparcial**, 10 de setembro de 1965.

Diretório Nacional do PSD decretou intervenção no Diretório Maranhense, **O Imparcial**, 17 de julho de 1965.

Com Sarney Maranhão deixará de ser capitaneado por corruptos, **O Imparcial**, 21 de setembro de 1965.

O Dia da Libertação, **O Imparcial**, 03 de outubro de 1965.

Revolução Desarmada, **O Imparcial**, 14 de outubro de 1965.

Presidente Castelo Branco garante plena colaboração a Sarney, **O Imparcial**, 24 de outubro de 1965.

Atual conjuntura econômica e política do Maranhão revela-se animadora para o capital de investimento, **O Imparcial**, 23 de janeiro de 1966.

Atendendo apelo de Sarney a SUDENE prestará toda assistência técnica ao Maranhão, **O Imparcial**, 26 de janeiro de 1965).

Homenagem ao governador José Sarney, **O Imparcial**, 28 de janeiro de 1966.

Presidente Castelo Branco atenderá reivindicações do governador Sarney, **O Imparcial**, 25 de fevereiro de 1965.

Sarney: “O que fizeram no Maranhão é criminoso; situação é caótica”, **O Imparcial**, 08 de março de 1966.

ARENA do Maranhão ficará agora sob a suprema autoridade do governador Sarney, **O Imparcial**, 03 de abril de 1966.

Planos de Sarney são dignos de um governo que deseja realizar uma verdadeira administração, **O Imparcial**, 19 de maio de 1966.

Superintendência da SPEVEA grandemente interessada nos problemas do Maranhão, **O Imparcial**, 22 de maio de 1966.

Industriais alemães desejam aplicar recursos na rizicultura maranhense, **O Imparcial**, 02 de julho de 1966.

Economia, **O Imparcial**, 25 de agosto de 1966.

Prospecto elucidativo da Empresa de Telecomunicação do Maranhão S.A. TELMA, **O Imparcial**, 01 de setembro de 1966.

Cemar e Energia, **O Imparcial**, 30 de dezembro de 1966.

SITES:

<http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=17&sid=21>

Acessado em: 10.04.2016

<http://www.academia.org.br/academicos/hipolito-da-costa/biografia>

Acessado em: 10.04.2016

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>

Acessado: 20.04.2016

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda

Acessado: 20.04.2016

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>

Acessado: 20.04.2016

www.ufrgs.br/.../a%20trajetoria%20comunicacional%20de%20jose%20sarney.doc

Acessado em: 10.06.2016

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>

Acessado em: 15.06.2016

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE>

Acessado em: 15.06.2016

DICIONÁRIO:

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Assis Chateaubriand.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Atos Institucionais.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Atos Institucionais.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Vitorino Freire.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, verbete Frente Parlamentar Nacionalista.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Newton Bello.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Antônio Euzébio da Costa Rodrigues.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, verbete Renato Archer.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. **Revista Com Política**, n.1, vol. 1, ed.março-abril, ano 2011.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**-2.ed.-Petrópolis: Vozes.1984.

ARCANJO, Roseane Pinheiro. Um Mapa da Difusão do Jornalismo Maranhense nos séculos XIX e XX. In: Congresso Nacional de História da Mídia, **Anais**. São Paulo, 2007.

BONFIM, Maria Núbia. Do Velho ao Novo: Política e Educação no Maranhão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados. Dissertação de Mestrado, 1982.

BUZAR, Benedito B.. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**/-São Luis: Lithograf- Industria Gráfica e editora Ltda, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____e PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia – o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

CARNEIRO, Glauco. **Brasil Primeiro, história dos diários associados**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CASTRO, Sílvio Rogério Rocha; FAGUNDES, Esnel José de. SÃO LUÍS 400 ANOS: breve levantamento do jornalismo impresso em São Luís do Maranhão. In: **Cambiassu**: Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, Ano XIX, Nº 10, Janeiro/Junho de 2012.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DÓRIA, Palmério. Honoráveis **Bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil- militar de 1964, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1985 ao golpe civil- militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 345- 404.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, UFMA, v. 11, nº1, p. 1-21, janeiro-junho de 2007.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Batalhas em letra de forma: Chatô Wainer e lacerda.** In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil** – 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas** – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____.A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil** – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____; MARTINS, Ana Luiza. Pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil** – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Imprensa e Cidade. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. IN: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n.17, p. 137-151, 2009.

MARQUES, Gilberto. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento amazônico (1953-1966). **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro de 2013.

MELO, D. B. . **Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

_____. **Revisão e revisionismo na história contemporânea.** In: A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Sonia. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul, 2014, p. 27-43.

_____. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Editora Vozes, 2ª edição, 1984.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e terror de Estado. **Revista História e Luta de Classes**, nº 4, julho de 2007, p. 43- 51.

_____. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. IN: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, nº1, p.30-45, jan/jun., 2009.

PEREIRA, Robson Raimundo Silva. **Maranhão crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970)**. São Paulo: UFSCAR, 2008.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niteroi: Tese de doutorado, 2010.

_____. O Sarneysmo rumo ao poder: Disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. In: PICCOLO, Monica, SULIDADE, Mariana da. **Maranhão Republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luis: Editora Shalom/ EDUEMA, 2015.

PINTO, Pamela Araujo. JORNAL O IMPARCIAL: o embrião do fotojornalismo maranhense. **Cambiassú** (São Luis). , v.15, p.30 -45, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a proposta de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

.RÉMOND, René. **Do Político**. In: RÉMOND, Por uma história política. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Juremir Machado. **1964: Golpe Midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 5ª edição, 2014.

v. 2 (1921-1926).

SECMA. Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007.--- São Luís: edições SECMA, 2007.

ANEXOS

TABELAS REFERENTES ÀS IMPORTANTES REPORTAGENS SOBRE JOSÉ SARNEY APRESENTADAS PELO JORNAL O IMPARCIAL DE 1964 A 1966.

Matéria	Assunto	Data	Página
Deputado Sarney reafirma sua candidatura ao Governo do Estado	Política	27 de março de 1964	01
José Sarney lidera a campanha contra cassação de mandatos	Política	08 de abril de 1964	01
Duas atitudes: Sarney e o Governo do Maranhão	Política	09 de abril de 1954	08
Sarney solidário com Juarez	Política	18 de abril de 1964	01
Sarney mantém contato com membros do governo	Política	29 de abril de 1964	01
Sarney acusa DNER e pede a Juarez livre trânsito na BR-21	Política	09 de maio de 1964	01
Deputado Sarney na Comissão de Alto Nível da UDN	Política	10 de maio de 1964	01
Maranhenses e piauienses discutem Boa esperança	Setor Energético	26 de maio de 1964	01
Sarney concluiu elaboração de sua plataforma política	Política	02 de julho de 1964	01
Sarney almoçou com pres. Castelo Branco	Política	05 de julho de 1964	01
Projetos de Sarney aprovados nas Comissões da Câmara Federal	Setor Energético	18 de julho de 1964 p. 1	01
Sarney debateu com Castelo e Juarez problemas do Maranhão	Economia	22 de julho de 1964	01
José Sarney quer apoio total a Eletrobrás	Economia	05 de agosto de 1964	01
Amanhã, em São Luis, o deputado José Sarney	Agenda	15 de agosto de 1964	10
Sarney: institucionalizar o país é meta de Castelo	Política	20 de agosto de 1964	01
Sarney na TV: “Meta principal do	Política	21 de agosto de	01

presidente Castelo Branco é consolidar a democracia”		1964	
Sarney: “O que existe é o saudosismo do PSD maranhense”	Política	23 de agosto de 1964	01
Deputado José Sarney fala sobre prioridade para as obras do Itaqui	Política	25 de agosto de 1964	01
Declarações do deputado José Sarney sobre a política nacional	Política	29 de agosto de 1964	01
Sarney faz apelo em favor do Baixo Parnaíba	Política	03 de setembro de 1964	
Sarney faz apelo em favor do SESP	Política	13 de setembro de 1964	01 e 02
Esperado hoje o deputado Sarney	Política	20 de setembro de 1964	01
Sarney aprova emendar: Ramais na Belém-Brasília	Política	20 de setembro de 1964	06
Sarney e Ivar articulam emenda para coincidência	Política	22 de setembro de 1964	01
Deputado Sarney chega hoje	Agenda	27 de setembro de 1964	01
Sarney pede: “Todo apoio ao pres. Humberto Castelo Branco”	Política	30 de setembro de 1964	01
Sarney apela em favor dos moradores: Filipinho	Política	04 de outubro de 1964	01
Sarney combate na Câmara Federal prorrogação de mandatos nos estados	Política	10 de outubro de 1964	01
Deputado José Sarney viajou para os Estados Unidos	Política	11 de outubro de 1964	01
SPVEA agradece trabalho de Sarney em favor da BB	Economia	11 de outubro de 1964	01
Dep. José Sarney quer Colégio Agropecuário funcionando	Educação	16 de outubro de 1964	01
Dep. Sarney almoçou, ontem na Casa Branca, em Washington	Política	25 de outubro de 1964	01
Sarney confirmou sua presença nas eleições de 27 de dezembro	Política	08 de novembro de 1964	01
Sarney regressará de New York, amanhã	Agenda	21 de novembro de 1964	08
Para iniciar campanha chega amanhã a	Política	05 de dezembro de	01

S. Luis o candidato do PR local		1964	
Às 13 horas de hoje em S. Luis o candidato da oposição	Agenda	05 de dezembro de 1964	08
Vai ao Rio amanhã o dep. José Sarney	Agenda	13 de dezembro de 1964	02
Declarações do Dep. Sarney sobre a Reforma Eleitoral	Política	28 de janeiro de 1965	03
Nesta capital o deputado José Sarney	Agenda	26 de janeiro de 1965	01
Regressa ao Rio de Janeiro o deputado José Sarney	Agenda	29 de janeiro de 1965	01
Sarney vai lutar contra prorrogação	Política	31 de janeiro de 1965	12
Sarney quer eleições honestas	Política	24 de março de 1965	01
Sarney chegou a São Luis e fala à reportagem de O Imparcial	Agenda	02 de abril de 1965	01 e 02
Sarney chega hoje a esta capital para a campanha política	Agenda	15 de abril de 1965	01
Sarney e Milet comunicam a CB união oposicionista em São Luis	Política	15 de abril de 1965	01 e 02
Chegou ontem a São Luis o deputado José Sarney	Agenda	16 de abril de 1965	01
Emenda Sarney: Concurso para preparatório	Política	08 de maio de 1965	01
Milet, Alexandre e Sarney oferecem emendas à lei eleitoral	Política	11 de maio de 1965	01
Deputado José Sarney fala à imprensa sobre Boa Esperança e Porto do Itaqui	Economia	01 de junho de 1965	01
Pronunciamento político de Sarney pela Ribamar	Político	17 de junho de 1965	06
Hoje, Milet e Sarney na rádio Ribamar	Agenda	20 de junho de 1965	01
Consolidado o apoio do PSP a candidatura de José Sarney	Política	22 de junho de 1965	01
Convenção da UDN escolheu o dep. José Sarney candidato a governador	Política	25 de junho de 1965	01
Sarney organizou frente oposicionista em Bacabal	Política	07 de julho de 1965	01
José Sarney esperado hoje	Agenda	16 de julho de 1965	01
Lauro Barbosa: José Sarney o melhor candidato	Política	16 de julho de 1965	03

José Brito veio participar da campanha de Sarney	Política	17 de julho de 1965	06
Milhares de pessoas aplaudiram Sarney e Ivar ontem na Madre Deus	Política	24 de julho de 1965	06
Sarney falará amanhã pela primeira vez na TV difusora	Agenda	25 de julho de 1965	01
Alexandre diz no Sul que Sarney já pode considerar-se eleito	Política	27 de julho de 1965	01 e 02
Causou viva impressão o primeiro pronunciamento de José Sarney na TV	Política	28 de julho de 1965	08
PSP homologa a candidatura de Ivar-Raimundo Silva e José Sarney-Antônio Dino	Política	30 de julho de 1965	01
Homologado pelo PSD os nomes de José Sarney e Dino	Política	31 de julho de 1965	01
Deputada Alexandre Costa afirma que Caxias estará com José Sarney	Política	31 de julho de 1965	08
Esperado hoje Sarney e Milet	Agenda	05 de agosto de 1965	01
José Sarney esteve com presidente Castelo Branco	Agenda	05 de agosto de 1965	01
Castelo dá a Sarney garantia de eleições corretas no Maranhão	Política	06 de agosto de 1965	01 e 02
Vibrante comício da oposição em Caratatiua	Política	07 de agosto de 1965	08
Conferência de José Sarney na faculdade de Ciências Econômicas	Agenda	11 de agosto de 1965	08
Mensagem de José Sarney ao povo do Maranhão	Política	18 de agosto de 1965	01
Sarney e Dino visitam mais seis municípios	Agenda	20 de agosto de 1965	08
Grande comício realizaram ontem as Oposições Coligadas	Política	25 de agosto de 1965	01
Mensagem de José Sarney	Política	28 de agosto de 1965	08
Sarney e Dino recebidos triunfalmente no Sertão	Política	29 de agosto de 1965	01
Sarney regressa a São Luis após vitoriosa incursão pelas zonas do Agreste e do Mearim	Política	31 de agosto de 1965	08
Aclamados em Iguaiaba os deputados Sarney e Dino	Política	01 de setembro de 1965	08

Adauto não tem dúvida da vitória de Sarney no Maranhão	Política	03 de setembro de 1965	01
Eleição de Sarney – Um gesto afirmativo para o nordeste	Política	04 de setembro de 1965	01
Sustenta o Dr. Josélio que Sarney terá maioria absoluta em Pedreiras	Política	04 de setembro de 1965	08
Celso Passos: Barreirinhas e Sarney são o símbolos de um novo Maranhão	Política	05 de setembro de 1965	08
José Brito em São Luis para a luta com Sarney	Política	07 de setembro de 1965	01
Sarney visitará hoje sete municípios	Política	07 de setembro de 1965	10
Ruy Santos prevê vitória de Sarney por maioria absoluta	Política	09 de setembro de 1965	01
Sarney realizou grande comício em Rosário	Política	09 de setembro de 1965	08
Multidão incalculável carregou ontem Sarney em triunfo através das ruas e praças de São Luis	Política	10 de setembro de 1965	01
Sarney e Dino falaram hoje no Vinhais e na Forquilha	Agenda	11 de setembro de 1965	08
Dalton Lima: Sarney vai vencer por maioria absoluta	Política	12 de setembro de 1965	01 e 02
Hoje em Cururupu o deputado José Sarney	Agenda	12 de setembro de 1965	08
José Sarney é o reformador fiel aos princípios democráticos	Política	14 de setembro de 1965	01
Sarney e Ivar hoje na Coreia	Agenda	14 de setembro de 1965	01
Lister já reconhece vitória de Sarney para o governo	Política	14 de setembro de 1965	01
Sarney e Dino calorosamente aclamados em Cururupu	Política	14 de setembro de 1965	08
Renovação de métodos vai começar no Maranhão com José Sarney	Política	15 de setembro de 1965	01
Mais um deputado do antigo PSD ao lado de José Sarney	Política	15 de setembro de 1965	01
Sarney passou o dia ontem em São Luis atendendo amigos do interior	Agenda	15 de setembro de 1965	08
Adhemar de Barros virá ao Maranhão prestigiar a campanha de José Sarney	Política	16 de setembro de 1965	01
Deputados Sarney e Dino em nova	Política	16 de setembro de	08

excursão pelo interior do Estado		1965	
La Roque vem para luta com Sarney e Dino	Política	17 de setembro de 1965	08
Programa para os últimos dias de propaganda da candidatura Sarney	Política	18 de setembro de 1965	08
Marcha triunfal de José Sarney de Itapecuru-Mirim até Coroatá	Política	19 de setembro de 1965	01 e 02
Eleição de Sarney: consagração nacional	Política	19 de setembro de 1965	03
Com Sarney Maranhão deixará de ser capitaneado por corruptos	Política	21 de setembro de 1965	01
No Rio, desde ontem, o deputado José Sarney	Agenda	21 de setembro de 1965	08
José Brito ativo na campanha de Sarney	Política	22 de setembro de 1965	01
Piauí solidariza-se com a candidatura de José Sarney por simbolizar o progresso	Política	22 de setembro de 1965	01
Sarney dá nova dimensão à batalha pelas grandes conquistas sociais	Política	23 de setembro de 1965	01
Sarney é mensagem do progresso e integração do povo no governo	Política	23 de setembro de 1965	03
Sarney esteve com Castelo	Política	24 de setembro de 1965	01
Vitória de Sarney reconhecida pelos próprios adversários	Política	24 de setembro de 1965	03
Obra da SUDENE no Maranhão será facilitada com José Sarney governador	Política	24 de setembro de 1965	03
Sarney fará a grande revolução maranhense	Política	24 de setembro de 1965	03
Abandonaram Costa Rodrigues para apoiar José Sarney os principais líderes de Ipixuna	Política	25 de setembro de 1965	08
Deputados Sarney e Dino em nova excursão pelo estado	Política	25 de setembro de 1965	08
Sarney e Dino em grande concentração em Caxias	Política	26 de setembro de 1965	01
Líder da UDN diz que Sarney é vitória da nova geração	Política	26 de setembro de 1965	01
Sarney aplaude em Brasília a ação do Governo Federal no pleito do Maranhão	Política	26 de setembro de 1965	03
Buriti firme com a candidatura de	Política	26 de setembro de	03

Sarney		1965	
Bilae: votar em Sarney é convocar o desenvolvimento para o Maranhão	Política	28 de setembro de 1965	01
Sarney falara hoje a noite através da rádio e TV difusora	Agenda	28 de setembro de 1965	01
La Roque: Sarney vence por maioria arrasadora	Política	29 de setembro de 1965	01
Candidato José Sarney encerrará amanhã a campanha com grande passeata e comício	Política	29 de setembro de 1965	01
Abandonaram Costa e agora apóiam Sarney	Política	30 de setembro de 1965	01
Líderes sindicais goianos pedem apoio para Sarney	Política	02 de outubro de 1965	01
Sarney passou o dia ontem em Rosário	Agenda	02 de outubro de 1965	08
O Dia da Libertação	Política	03 de outubro de 1965	01
Iniciada as apurações ontem com Sarney ganhando em larga margem	Política	03 de outubro de 1965	12
Maiorias esmagadoras de Sarney lançam pânico no Palácio	Política	06 de outubro de 1965	08
Sarney derrubou Costa da terra do governador	Política	09 de setembro de 1965	01
Líderes nacionais do PDC saúdam com entusiasmo vitória de Sarney	Política	15 de outubro de 1965	01
Sarney defenderá em Brasília solução de problemas do Maranhão	Política	21 de outubro de 1965	01
Chegou ontem a São Luis o governador eleito José Sarney	Agenda	14 de janeiro de 1966	01
Prosseguem os preparativos para festa de posse de Sarney no governo do Estado	Política	23 de janeiro de 1966	08
Atendendo apelo de Sarney a SUDENE prestará toda assistência técnica ao Maranhão	Política	26 de janeiro de 1966	01
Apoteótica recepção, ontem, em São Luis ao governador José Sarney	Política	28 de janeiro de 1966	01
Homenagem ao governador José Sarney	Política	28 de janeiro de 1966	01
Sarney tomou posse ontem em meio ao mais vivo entusiasmo do povo	Política	01 de fevereiro de 1966	01

Secretariado do governador Sarney	Política	01 de fevereiro de 1966	03
Governador determina providencia para os secretários	Política	02 de fevereiro de 1966	03
Governador visitou as Centrais Elétricas	Economia	04 de fevereiro de 1966	01
Governador continua adotando várias medidas de interesse da coletividade	Política	09 de fevereiro de 1966	06
Atendendo a apelo do governador José Sarney virá a São Luis representando do Ministério da Saúde	Política	24 de fevereiro de 1966	06
Presidente Castelo Branco atenderá reivindicações do governador Sarney	Política	25 de fevereiro de 1965	01
Vista com destaque presença de Sarney na reunião da SUDENE	Política	06 de março de 1966	01
Sarney: “O que fizeram no Maranhão é criminoso, situação caótica”	Política	08 de março de 1966	01
Milet satisfeito com trabalho de Sarney para organização da ARENA	Política	15 de março de 1966	01
Será iniciada em julho a construção de 300 casas populares no Bairro de Fátima	Política	23 de março de 1966	08
Sarney quer ampliar rede bancária do Maranhão	Economia	24 de março de 1966	03
Governo do Estado entregará ao povo, dentro de poucos meses, 1000 escolas no interior	Educação	25 de março de 1966	08
Governador Sarney luta para baixar índice de analfabetismo no Maranhão	Educação	29 de março de 1966	01
ARENA do Maranhão ficará agora sob suprema autoridade do governador Sarney	Política	03 de abril de 1966	01
Governo Sarney consegue facilidade creditícias para Comércio e Industria	Economia	13 de abril de 1966	08
Governador José Sarney tem apoio integral do povo para apurar desfalque do Tesouro	Economia	06 de maio de 1966	03
Sarney vai discutir no Recife financiamento a agricultura	Economia	07 de maio de 1966	01
“Estamos entregando essas verbas numa forma de confiança ao Governo Sarney”	Economia	10 de maio de 1966	01

Planos de Sarney são dignos de um governo que deseja realizar uma verdadeira administração	Política	10 de setembro de 1966	08
Não faltará ao Maranhão a colaboração do Governo Federal na obra de desenvolvimento	Política	11 de setembro de 1966	01
Sarney apressa no Sul atendimento das reivindicações maranhenses	Política	31 de maio de 1966	01
Governador Sarney defendeu interesses do Maranhão no sul do país e junto a SUDENE	Política	10 de junho de 1965	08
Governo prepara industrialização no Maranhão	Economia	15 de junho de 1965	04